

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ELZIRA BEATRIZ DAS CHAGAS

**A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO JOVEM:
TERCEIRO SETOR E A LEI DA APRENDIZAGEM**

FLORIANÓPOLIS

2015

ELZIRA BEATRIZ DAS CHAGAS

**A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO JOVEM:
TERCEIRO SETOR E A LEI DA APRENDIZAGEM**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof., Dr. Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS

2015

ELZIRA BEATRIZ DAS CHAGAS

**A INSERÇÃO PROFISSIONAL DO JOVEM:
TERCEIRO SETOR E A LEI DA APRENDIZAGEM**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,00 (oito) à aluna Elzira Beatriz das Chagas, na disciplina CNM7107–Monografia, pela apresentação deste trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Banca Examinadora:

Prof., Dr. Armando de Melo Lisboa, Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dra. Marialice de Moraes, Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Wagner Leal Arienti, Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico ao meu lindo, carinhoso e amado filho, Dimitri, que, apesar de seus oito anos de idade, muito compreendeu minha ausência, sendo meu maior motivador. Se muitas vezes pensei não continuar, foi você, seu carinhoso beijo ao acordar e sua alegria ao ver minha chegada, que me davam força para enfrentar o dia e continuar o dia seguinte. A você não tenho, e nunca teria, palavras o suficiente para dizer o que significa para mim, quem me deu a oportunidade de experimentar a mais pura forma de amor. A você meu iluminado filho e amor da minha vida, dedico-lhe este trabalho, agradecendo a Deus por existires, por estares ao meu lado e por iluminares todos os meus dias, por mais cinzentos que eles estejam.

O espírito de aprendiz é exigido ao profissional comprometido com o futuro. Para ter a imprescindível visão de oportunidades, é necessária a renovação constante através da educação continuada. Educar é o segredo das organizações bem-sucedidas. (CARVALHO,1999).

Agradecimentos

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao meu querido filho, Dimitri, por todo amor e carinho, pelas risadas que me encantaram e me encheram de forças nesta jornada. Amo você.

À Fundação Catarinense de Assistência Social – FUCAS, que me oportunizou a realização desta pesquisa, além de me disponibilizar tempo para os estudos, onde aprendi a prática e a verdade do dia a dia do trabalho.

Ao Presidente da FUCAS, Sr. Roberto Ulisses de Alencar, pelo profissionalismo, por ter acreditado em meu trabalho desde o primeiro momento e pelo encorajamento nesta jornada.

Ao Adm. Ildemar Cassias Pereira, Superintendente da FUCAS, que sempre me incentivou e acreditou na minha capacidade. Obrigada pelo apoio, pelos conhecimentos transmitidos e pelos desafios, fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Especialmente ao Prof. Dr. Armando de Mello Lisboa, orientador desta Monografia, pela acolhida na ocasião do início dos trabalhos de orientação, pelas instruções repassadas, pela riqueza dos conhecimentos transmitidos, pela postura compreensiva e pelas reflexões proporcionadas.

Ao Prof. Dr. Nildo Domingues Ouriques que, pelo seu jeito radical de ser e pelos seus desafios em sala de aula, de alguma forma, mostraram que eu ainda era capaz e me motivaram ainda mais a concluir o curso.

Ao Prof. Msc. João Randolfo Pontes, Coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFSC, pelo incentivo nessa etapa final da graduação.

Às minhas irmãs Edelaine e Edésia pelo acolhimento, compreensão e ajuda em alguns momentos adversos da minha vida.

Ao meu querido sobrinho Venâncio, pelas palavras de incentivo e descontração na realização do trabalho, mostrando-me que o caminho não era tão longo quanto parecia.

Ao colega Guilherme dos Santos Murara pelo auxílio no início e no final dessa caminhada.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta caminhada, em especial a Ailton e Marcos, com quem muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, angústias, ansiedade, mas de muita alegria, porque sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me ajudando. Meu carinhoso agradecimento a vocês, imensos incentivadores na construção deste trabalho, pela amizade e preocupação com meu processo de aprendizagem, o

meu eterno agradecimento. Sem o seu incentivo, o caminho trilhado seria mais dificultoso, além da paciência e compreensão para me apoiar nos momentos turbulentos dessa jornada.

À Universidade Federal de Santa Catarina, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela através da qual hoje vislumbro um horizonte superior.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meus sinceros e profundos agradecimentos.

Resumo

Esta monografia pretende verificar a inserção de jovens no mercado de trabalho, com base na legislação vigente, especialmente no Programa de Aprendizagem, e relacioná-la às ações de uma organização do Terceiro Setor. Considerando a atuação de entidades do Terceiro Setor, o foco será analisar a importância do programa de capacitação de jovens aprendizes ao observar a aplicação das políticas de inserção de jovens no primeiro emprego, bem como as ações que são de responsabilidade do Estado. No Brasil, os jovens com idade entre 15 e 24 anos correspondem a 19,8% da população total do país. Esses jovens correspondem ao segmento que pressiona para a formação de novos postos de trabalho; no entanto, estão sujeitos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas, tais como acidentes e assassinatos. Mesmo com o decréscimo da representação no total da população brasileira do segmento compreendido entre 15 e 29 anos, não deixam de persistir desafios civis, econômicos, jurídicos e sociais a serem enfrentados pelo Estado e sociedade com relação à juventude. É necessário criar oportunidades com postos de trabalho de qualidade, com proteção social e que contribuam para o crescimento profissional dos jovens. A Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000) prevê que os empresários devem recorrer, preferencialmente, ao sistema S Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) - para o oferecimento das vagas de jovem aprendiz. No entanto, essas organizações não conseguem ofertar a quantidade de vagas suficiente para o mercado. Assim, os empresários podem buscar as Entidades Sem Fins Lucrativos que também ofereçam o programa de capacitação de jovens aprendizes. Estas, têm a obrigação de cadastrar seus cursos no Cadastro Nacional de Aprendizagem e de ter inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na condição de Aprendiz, os jovens têm direito a uma vaga de trabalho, sem necessitar apresentar experiência profissional. Em resumo, o Programa de Aprendizagem funciona com os três atores: o Primeiro Setor (Governo) por meio do Ministério do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização das vagas destinadas a aprendizes, o Segundo Setor (Mercado) por meio de empresas contratantes e o Terceiro Setor (Sociedade Civil) por meio de organizações qualificadoras de jovens aprendizes.

Palavras-chave: Emprego. Inserção Profissional do Jovem. Aprendizagem. Terceiro Setor. Lei da Aprendizagem. Lei n. 10.097 de 19/12/2000.

Abstract

This paper aims to verify the inclusion of young people in the labor market, based on the current legislation, especially in the Learning Programme, and relate it to the actions of an organization of the Third Sector. Considering the role of third sector organizations, the focus will be to analyze the importance of young apprentices training program to observe the implementation of youth inclusion policies in the first job, as well as actions that are of state responsibility. In Brazil, young people aged between 15 and 24 years account for 19.8% of the total population. These young correspond to the segment pressing for the creation of new jobs; however, they are subject to higher rates of mortality from external causes such as accidents and murders. Even with the decrease of representation in the total population of the segment between 15 and 29 years, nevertheless persist civil, economic, legal and social challenges to be faced by the state and society in relation to youth. It must create opportunities with quality jobs with social protection and contribute to the professional growth of young people. The Learning Law (Law No. 10.097/2000) provides that entrepreneurs should turn to, preferably, the system S Senai (SENAI); National Service for Commercial Education (Senac); National Service of Rural Learning - (SENAR); National Service for Transport Training (SENAT); and National Service of Cooperative Learning (SESCOOP) - for the offering of the young apprentice vacancies. However, these organizations can not offer the amount of spaces sufficient for the market. Thus, business owners can get the Nonprofit which also offer the young apprentices training program. These have the obligation to register their courses at the National Training Register and to have registration in the Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents (CMDCA). The Apprentice condition, young people are entitled to a place of work, without needing to present work experience. In summary, the Learning Programme works with three actors: the First Sector (Government) through the Ministry of Labour, the body responsible for supervision of vacancies for apprentices, the second sector (market) through contractors and the Third sector (civil society) through qualifying organizations of young apprentices.

Keywords: Employment. Professional insertion of Young. Learning. Third sector. Learning law. Law n. 10,097 of 19/12/2000.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição das FASFIL segundo faixas de ano de fundação – 2010	28
Gráfico 2 - Distribuição das FASFIL nas principais cidades de Santa Catarina.....	33
Gráfico 3 - Jovens Aprendizes Admitidos de 2005 a 2014	37
Gráfico 4 - Contratações por atividade econômica nos últimos 10 anos.....	39
Gráfico 5 - Contratações por faixa etária em 2014.....	40
Gráfico 6 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, em idade ativa na semana de referência, das regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.2015.....	41
Gráfico 7 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, economicamente ativas na semana de referência, por regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.2015	43
Gráfico 8 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, das regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.201	44
Gráfico 9 - Número de empregos formais, segundo faixa etária Brasil – 2004-2012.....	48
Gráfico 10 - Número de empregos formais, variação relativa, segundo faixa etária Brasil – 2004-2012.....	48
Gráfico 11 - Distribuição relativa por faixa etária da população na Macrorregião Grande Florianópolis em 2000.....	50
Gráfico 12 - Distribuição relativa por faixa etária da população na Macrorregião Grande Florianópolis em 2010.....	50
Gráfico 13 - População Economicamente Ativa na Macrorregião Grande Florianópolis, em 2000 e 2010	51
Gráfico 14 - Número de alunos matriculados na Macrorregião Grande Florianópolis, de 2003 a 2012	52
Gráfico 15 - Taxa acumulada de criação de empresas e empregos, segundo Macrorregião Grande Florianópolis, Santa Catarina e Brasil, no período 2008 a 2011	53
Gráfico 16 - Evolução do saldo de admissões e demissões da Macrorregião Grande Florianópolis, no período de 2004 a 2012	54
Gráfico 17 - Numero de adolescentes em 2010 - Morro da Caixa, Ilha Continente e Vila Aparecida.....	63
Gráfico 18 - Município de nascimento dos jovens aprendizes.....	65
Gráfico 19 - Jovens aprendizes por idade.....	65
Gráfico 20 - Motivo para participação do programa de aprendizagem.....	66

Gráfico 21 - Número de jovens que já contribuíram em atividade voluntária	66
Gráfico 22 - Número de jovens que possuem outras experiências.....	66
Gráfico 23 - - Número de jovens que já foram aprendizes.....	66
Gráfico 24 - Número de jovens que estão estudando	66
Gráfico 25 - Escolaridade dos jovens aprendizes.....	66
Gráfico 26 - Número de famílias beneficiadas com cestas básicas.....	67
Gráfico 27 - Renda das famílias	67
Gráfico 28 - Número de membros das famílias que trabalham.....	67
Gráfico 29 - Moradia dos jovens aprendizes	67
Gráfico 30 - Município das famílias dos jovens assistidos	68
Gráfico 31 - Distribuição de jovens assistidos por faixa etária	68
Gráfico 32 - Número de integrantes das famílias dos jovens assistidos.....	69
Gráfico 33 - Renda média das famílias dos jovens assistidos	69
Gráfico 34 - Renda per capita das famílias dos jovens assistidos	69
Gráfico 35 - Beneficiários do Bolsa Família - das famílias dos jovens assistidos	69
Gráfico 36 - Comunidades das famílias dos jovens assistidos	70
Gráfico 37 - Naturalidade dos jovens assistidos famílias dos jovens assistidos	70
Gráfico 38 - Escolaridade do Responsável pelos jovens assistidos	70
Gráfico 39 - Escolaridade dos jovens assistidos famílias dos jovens assistidos	70
Gráfico 40 - Distribuição dos jovens assistidos por oficinas	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	26
Quadro 2	29
Quadro 3	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL SEGUNDO FAIXAS DE ANO DE FUNDAÇÃO - 2005	32
Tabela 2 - POTENCIAL DE CONTRATAÇÃO NO BRASIL – 2013	36
Tabela 3 - APRENDIZES ADMITIDOS DE 2005 A 2014.....	37
Tabela 4 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	38
Tabela 5 - CONTRATAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA - 2014.....	39
Tabela 6 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, EM IDADE ATIVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015	41
Tabela 7 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015.....	42
Tabela 8 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015	44
Tabela 9 - CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES, POR ESTADO, EM 2014.....	46
Tabela 10 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA BRASIL – 2004-2012.....	47
Tabela 11 - ALUNOS MATRICULADOS DE 2003 A 2012 NA MACRORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS	51
Tabela 12 - PIRÂMIDE ETÁRIA DOS ADOLESCENTES, EM 2010, NAS COMUNIDADES DO MORRO DA CAIXA, ILHA CONTINENTE E VILA APARECIDA.....	63
Tabela 13 - TIPO DE MORADIA DAS FAMÍLIAS DOS JOVENS ASSISTIDOS	71
Tabela 14 - SERVIÇOS BÁSICOS DE COLETA DE LIXO, ENERGIA ELÉTRICA E SANEAMENTO.....	72
Tabela 15 - PROFISSÃO E RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS DOS JOVENS ASSISTIDOS	73

LISTA DE SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CFB	Constituição Federal Brasileira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
EAS	Entidades de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASFIL	Fundações e Associações sem Fins Lucrativos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPPF	Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis
FUCAS	Fundação Catarinense de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
OECD	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONG	Organização não-Governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCQV	Programa Campeões nas Quadras e na Vida
PEA	Pessoas Economicamente Ativas
PIA	População em Idade Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA	Pessoas Não-economicamente Ativas
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNPE	Programa Nacional de Primeiro Emprego
PO	População Ocupada
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
UPF	Certificado de Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	17
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
2	TERCEIRO SETOR	21
2.1	O TERCEIRO SETOR E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	21
2.2	O QUE É O TERCEIRO SETOR	28
2.3	A EVOLUÇÃO DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (EAS) NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	31
3	OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	34
3.1	JOVENS APRENDIZES ADMITIDOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO BRASIL.....	37
3.2	CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES ADMITIDOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO BRASIL POR ATIVIDADE ECONÔMICA	38
3.3	CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES POR FAIXA ETÁRIA NO BRASIL EM 2014.....	39
3.4	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL/2015	40
3.5	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL./2015.....	42
3.6	POPULAÇÃO OCUPADA (PO) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL./2015	43
3.7	CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES POR ESTADO EM 2014.....	45
3.8	EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NO BRASIL ENTRE JOVENS DE 16 E 24 ANOS DE IDADE.....	47
3.9	A EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NA MACRORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	49
4	A ORGANIZAÇÃO PESQUISADA.....	55

4.1	HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO.....	55
4.2	ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO	56
4.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	57
4.4	AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	58
4.4.1	Programa Campeões nas Quadras e na Vida - PCQV.....	58
4.4.2	Programa Aprendiz Empreendedor	60
4.5	PÚBLICO ALVO DA ENTIDADE	62
4.6	DO RISCO SOCIAL DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELA FUCAS.....	64
4.7	DADOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO ATENDIDA E ASSISTIDA PELA FUCAS	64
4.7.1	Jovens Aprendizes	65
4.7.2	Jovens Assistidos.....	68
O rendimento médio dos 125 responsáveis pelos assistidos não alcançou R\$ 1.000,00, sendo a atividade com maior remuneração a de professor de ensino de primeiro e segundo graus.....		73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		74
REFERÊNCIAS		77

1 INTRODUÇÃO

O Estado, como agente regulamentador da vida social e da saúde social, política e econômica, torna-se um ator que deve promover o bem-estar social. Tal obrigação do governo pode ocorrer em parceria com empresas, associações sem fins lucrativos e outras entidades com o objetivo de garantir o bem-estar social, serviços públicos e proteção à população. Ao Estado, cabe a responsabilidade de três funções econômicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função alocativa relaciona-se à alocação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos (ex. rodovias, segurança), bens semi-públicos ou meritórios (ex. educação e saúde), desenvolvimento (ex. construção de usinas), etc. A função distributiva é a redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. A função estabilizadora é a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos.

Neste sentido, o governo atua na sociedade através da elaboração de leis, da regulação dos mercados, da taxação de produtos, programas de geração de renda e emprego, em programas educacionais e sociais, etc. os quais são de grande importância para a sociedade como um todo e que também se relacionam diretamente com questões de economia e finanças. Atuando por meio das três funções econômicas que lhe cabem, o governo busca promover e melhorar o nível de bem-estar social, seja individualmente ou em parceria com a iniciativa privada, sindicatos, associações, fundações e outras entidades.

O foco da pesquisa está baseado nas políticas de inserção de jovens no mercado de trabalho, com base na Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000).

Através da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o governo formula, executa, supervisiona, coordena, integra e articula políticas públicas para a juventude em esfera nacional. Além disso, cabe ao Estado articular, promover e executar programas de cooperação com diversos setores públicos e privados voltados à juventude. A SNJ prioriza que a garantia de direitos dos jovens seja colocada em discussão para que as políticas públicas de juventude sejam vistas como política de Estado, participação para fortalecimento da Política Nacional de Juventude (PNJ) e, para que as políticas públicas de juventude possam, efetivamente, fazer a diferença para a juventude brasileira.

O governo, através do Programa Estação Juventude, pretende ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos, principalmente os que estão em áreas de vulnerabilidade social, às políticas, aos programas e às ações integradas no território que assegurem seus direitos de cidadania e

ampliem a sua inclusão e participação social.

Apesar do crescimento econômico não resolver totalmente o problema de distribuição de renda e do desemprego, inclusive entre os jovens, particularmente aos jovens de mais baixa renda e de baixa escolaridade, as oportunidades de trabalho que normalmente lhes são oferecidas são de curta duração e tem baixa remuneração, o que não lhes possibilita o desenvolvimento profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho.

Contudo, alguns dos programas sociais do governo fazem com que a aprendizagem, através do trabalho com formação técnica e profissional, seja uma alternativa e oportunidade para que os jovens sejam mais bem preparados, adequadamente capacitados e inseridos de forma mais qualificada no mercado de trabalho.

Em 2003, foi criado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que visa a reforçar a qualificação socioprofissional de modo a assegurar a inclusão social e a inserção de jovens no mercado de trabalho. E dentro do programa, através da modalidade Jovem Aprendiz, jovens entre 14 a 24 anos têm a oportunidade de se capacitarem para uma profissão com contrato de trabalho determinado.

Enquanto a Lei n. 11.129 de 30/06/2005 instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem), criou o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a Lei n. 10.097 de 19/12/2000 (Lei da Aprendizagem) que alterou dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, estabeleceu as diretrizes referentes a contratação de jovens entre 14 e 24 anos na condição de aprendiz. Neste sentido, o Decreto n. 5.598 de 01/12/2005, regulamentou a contratação de jovens maiores de 14 anos e menores de 24 anos na condição de aprendizes, nos termos constantes na CLT.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A pergunta norteadora desta monografia é verificar se a Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097 de 19/12/2000), por meio de uma organização do Terceiro Setor, está contribuindo para a inserção profissional de jovens no mercado de trabalho.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa monografia é estudar como se dá a “inserção do jovem no mercado de trabalho”, analisando a Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097 de 19/12/2000) numa organização do Terceiro Setor.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Fazer o levantamento na literatura especializada referente aos conceitos relacionados ao Terceiro Setor e instituições sem fins lucrativos, e referente a inserção profissional de jovens;
- Caracterizar a organização Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS);
- Descrever as principais diretrizes contidas na Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000) e analisar a sua importância para a sociedade, ressaltando o que é necessário para que instituições privadas participem de forma ativa no terceiro setor.

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando que a Constituição Federal Brasileira (CFB) assegura em seu art. 227 (BRASIL, 1988) à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, não só por parte da família, como também da sociedade e do Estado, além de proteger-lhes de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o que se percebe, de fato, é que parte desse direito constitucional, de alguma forma, não está garantido.

Especificamente sobre o tema deste trabalho, é importante salientar que cabe ao Estado promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os preceitos contidos no § 3º do art. 227 da carta magna:

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; (BRASIL, 1988)

É importante ressaltar que o Estado é o responsável pelo cumprimento de obrigações sociais, como dispõe o art. 3º da CFB:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, projetos sociais e programas de capacitação precisam ser desenvolvidos pelo governo, por empresas e entidades privadas, inclusive aquelas sem fins lucrativos e de utilidade pública, como no caso da organização em questão, em que sua finalidade se constitui em prover assistência social, com o oferecimento de programas sociais e de projetos de capacitação, essência de seu objeto social.

Apesar de ser dever do Estado praticar ações que possam promover e garantir o desenvolvimento social, empresas e entidades privadas podem também fazê-lo por meio de projetos próprios e ações que, dentre outros objetivos, visem a promover oportunidade a jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho.

A rotatividade de empregados nas empresas e o desemprego são, muitas vezes, relacionados a jovens que ingressaram de forma precária no mercado de trabalho, por não terem sido adequadamente preparados e capacitados para o primeiro emprego. Neste sentido, se esses jovens tivessem a oportunidade de participar de programas de capacitação e aprendizagem, certamente, seria tanto melhor para eles próprios, para as empresas que os empregam e para a economia, como um todo, através da geração de mais emprego e renda.

As atividades que compõem programas de capacitação para os jovens englobam atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho, sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica. São consideradas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica os Serviços Nacionais de Aprendizagem identificados pelo sistema S: SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP, as escolas técnicas de educação, inclusive as agros técnicas; e as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como é a organização pesquisada.

Ao jovem, na condição de aprendiz, é garantido pela Lei da Aprendizagem, dentre outros, o salário mínimo hora, jornada de trabalho com duração não superior a 6 horas diárias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, vale-transporte e sua formação técnico-profissional deverá garantir acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental, horário especial para o exercício das atividades e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A realização deste trabalho foi baseada em pesquisa bibliográfica referente a inserção de jovens no mercado de trabalho e ao terceiro setor.

Contempla também pesquisa quantitativa referente aos jovens assistidos nos programas sociais, bem como aos jovens que frequentam o Programa de Capacitação Jovem Aprendiz no exercício 2015. A pesquisa quantitativa foi feita junto ao banco de dados da organização que analisa o perfil dos jovens assistidos e dos jovens inscritos no programa de capacitação Jovem Aprendiz.

2 TERCEIRO SETOR

2.1 O TERCEIRO SETOR E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A mais antiga forma de atuação das entidades do Terceiro Setor no Brasil, o assistencialismo, que data da época da colonização, através das entidades ligadas à Igreja, persiste até os dias de hoje, inclusive com regulamentação própria.

A manifestação de organizações de cunho social, conforme Costa e Visconti (2001), reporta a meados do século XVI. Nessa época, o Brasil era constitucionalmente ligado à Igreja Católica e a utilização dos recursos, principalmente os privados, passava por esta. O papel da Igreja Católica era de atuar como apoio ao Estado, sendo responsável pela maioria das entidades que prestavam caridade às comunidades necessitadas, fundamentalmente nas áreas de saúde e educação. Segundo Rocha (2001, p. 10): “As ONGs têm sua origem na 2ª Guerra Mundial, quando as igrejas mobilizaram esforços no apoio a setores da população europeia com dificuldades devido ao conflito”.

No Brasil, o processo de colonização teve início somente em 1530, 30 anos após a chegada dos portugueses. Do período da colonização do Brasil até 1889, quando da Proclamação da República, a igreja estava vinculada ao Estado. Nesta época a Igreja Católica tinha como função zelar pelo bem-estar da população local, dos menos favorecidos, e o fazia também através do envolvimento dos membros da comunidade se utilizando do voluntariado, característica das organizações do Terceiro Setor.

O ambiente religioso sempre foi propício para o desenvolvimento do voluntariado e ações assistenciais em função dos valores nele contidos, do dever cristão, de ajuda ao próximo, e isso levava os membros da comunidade a se engajar nas atividades assistenciais da igreja (PAES, 2000; COELHO, 2000; PANCERI, 2001; ANDRADE, 2002).

Segundo Ciconello (2004, p. 47):

No Brasil, durante séculos, a Igreja Católica, com suas inúmeras entidades mantidas com o mandato do Estado, era responsável pela prestação de serviços de saúde, educação e assistência social às camadas pobres da população. [...] Cabe ressaltar que, até meados do século XX, essa era a única rede de proteção social existente no país, formada quase exclusivamente por organizações privadas.

Um período que caracteriza uma forte dependência econômica entre instituições assistenciais e o Estado, surge em 1910, quando este passa a submeter as organizações a um controle administrativo por meio de prestações de contas.

Em 1916 o Estado reconhece o papel não só da igreja, mas das demais entidades sem fins lucrativos da época na execução de políticas públicas sociais. Sua legitimação ocorre com o Código Civil Brasileiro, onde distinguiu-se as organizações com fins lucrativos daquela sem fins lucrativos. Seu artigo 16, inciso I, mencionava:

Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado:

I. As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações.

II. As sociedades mercantis.

III - os partidos políticos.

§ 1º As sociedades mencionadas no n. I só se poderão constituir por escrito, lançado no registro geral (art. 20, § 2º), e reger-se-ão pelo disposto a seu respeito neste Código, Parte Especial.

§ 2º As sociedades mercantis continuarão a reger-se pelo estatuto nas leis comerciais.

§ 3º Os partidos políticos reger-se-ão pelo disposto, no que lhes for aplicável, nos arts. 17 a 22 deste Código e em lei específica. (LEI Nº 3.071, 1916)

Sendo assim, pode-se afirmar que a Igreja e o Estado são as instituições pilares na formação e configuração de organizações sem fins lucrativos no Brasil. As primeiras delas, no Brasil, desenvolviam atividades de caráter preventivo e assistencial. A partir de 1920 passaram a ter maior ênfase. Até então, a Igreja Católica praticava a caridade a quem necessitava, segundo Iamamoto (2001).

Somente a partir de 1930 é que se iniciam ações governamentais no âmbito da assistência social, cabendo, à igreja, um papel complementar, e não mais exclusivo, se multiplicando na década de 70, com a crise do capitalismo. O período entre as décadas de 1930 e 1970 ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo mundial. A partir da década de 1970, grandes transformações na economia capitalista mundial ocorreram e tiveram grande impacto no mundo, que passou a presenciar uma crise do sistema de produção capitalista. Após um período próspero de acumulação de capitais (auge do fordismo e do keynesianismo das décadas de 1950 e 1960), o capital passou a dar sinais de um quadro crítico, dentre eles a crise do “Estado de Bem-Estar Social”, que exigia uma forte arrecadação para garantir as políticas sociais.

Ao mesmo tempo, os abusos contra a ordem jurídica e os direitos humanos levam a Igreja a se engajar na luta pela redemocratização, ao lado das demais instituições da sociedade civil. Importante destacar que a evolução ou surgimento do Terceiro Setor não acontece simultaneamente em todas as regiões do Brasil. Num primeiro momento, podemos dizer que as organizações sem fins lucrativos surgem como um contraponto à ineficiência do Estado como prestadores de serviços a cidadãos exigentes e insatisfeitos.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais representam uma possibilidade no mercado frente à ineficiência do poder público. Por se tratar

de organizações sem fins lucrativos, a qualidade dos serviços oferecidos é legitimada pela sociedade em geral e por seus potenciais clientes. As razões ideológicas são elementos motivadores para a ação das organizações não governamentais e do voluntariado. Neste caso, a ação busca, fundamentalmente, transmitir os valores da organização à sociedade, valores evidentes em seus objetivos oficiais e nas suas práticas e estratégias de ação.

Segundo Gohn (2000) e Fernandes (1994), na década de 70, surgiram as primeiras Organizações não-Governamentais (ONGs) no Brasil, as quais tinham um caráter contestatório e queriam distância do mercado e do governo. Representavam formas de oposição ao autoritarismo e eram as chamadas ONGs militantes (GOHN, 2000). Elas estiveram por trás de diversos movimentos que lutavam pela participação popular e que contribuíram para a democracia no país, algumas delas financiadas por ONGs internacionais.

A partir de então, emergiu uma série de leis com a finalidade de caracterizar as entidades, através da concessão de títulos e certificados, o que possibilitou, por meio do reconhecimento da importância de sua existência, alguns benefícios, como possibilidade de receber doações de pessoas jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda.

As entidades beneficentes de assistência social são regulamentadas pela Lei n. 8.742/93, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que reconhece as ações sociais para o provimento das necessidades básicas como um conjunto de iniciativas públicas e da sociedade. Atualmente, os certificados e titulações possíveis para as entidades da assistência social no Brasil são Registro no CNAS; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS), Certificado de Registro Municipal de Assistência Social (CMAS), Certificado de Utilidade Pública Federal (UPF), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e Organizações Sociais (OS). A Lei n. 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como (OSCIP). O inciso I de seu art. 3º dispõe sobre algumas finalidades para que seja conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, a qualificação como OSCIP, dentre elas o de assistência social (BRASIL, 1999).

A partir do início de 1964 (regime militar no Brasil), o governo passou a centralizar essas ações, ignorando a participação dessas organizações de utilidade pública de assistência social. Segundo SALLES (2004, p. 24-25) as organizações do Terceiro Setor não foram valorizadas durante o período da ditadura, período este quando ocorria a reforma tributária e administrativa, aliadas ao crescimento econômico acelerado do País. Esse panorama criou mecanismos de financiamento que possibilitaram ao governo exercer ao máximo seu papel social, ignorando as organizações do Terceiro Setor.

O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) congregava todas essas as organizações de utilidade pública e concedia benefícios fiscais às mesmas. Contudo, em uma época de Estado opressivo, a criação do CNSS tinha como objetivos estimular práticas para manter a ordem social, pois através dessa aproximação com o Estado era possível um maior controle sobre tais organizações.

A CFB de 1988 foi distinto momento na história dessas organizações, no sentido que promoveu um amplo processo de mobilização social, promoveu melhorias no que se refere ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais. Além disso, regulamentou a situação das organizações civis sem fins lucrativos, de modo que passou a prever a participação da sociedade civil na promoção de políticas sociais, abrindo novos espaços de atuação para as organizações, na forma de conselhos de políticas sociais e emendas populares, por exemplo. (REIS, 2000, p. 1 apud SILVA, 2005, p. 34).

Segundo Gohn (2000), a CFB de 1988 chamou à participação a sociedade civil à tarefa pública, e as ONGs militantes, que até então eram contra o governo, passariam a participar da gestão dos direitos. Não apenas se contentar em ter direitos legais, mas sim de lutar por sua operacionalização.

O Estado reconhece, de forma clara, que a tarefa pública é também tarefa da sociedade civil, conforme estabelece o artigo 204 da CFB de 1988:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988).

Assim, em 1988, a lei reconhecia que a tarefa pública é dever do Estado e da sociedade. Em 1990, foi sancionada a Lei n. 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e em 1993 a Lei n. 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social).

Em meados da década de 90, aliado à redemocratização, o processo de globalização, sobretudo no campo da informação, propiciou um ambiente favorável para o surgimento de grupos sociais organizados interessados na construção de uma sociedade mais justa.

Talvez pela imensidão das oportunidades de atuação, já que se vive uma dura realidade de exclusão social, miséria, violência, degradação ambiental e outros graves infortúnios sociais,

as ONGs conquistaram um importante espaço no mundo institucional brasileiro, que fez o Estado reconhecer a sua importância.

A sociedade civil participando de forma organizada evidenciou-se ao longo dos anos 90, sendo observado o aumento de diversos arranjos entre o Estado e as organizações da sociedade, no intuito de controlar e coordenar políticas de caráter público, principalmente aquelas voltadas aos direitos sociais.

Nesse sentido, o Estado redefine seu papel como fomentador de políticas sociais, procurando diminuir o seu tamanho, ampliando e fortalecendo as organizações civis, mas não necessariamente como executor dessas políticas.

A atuação na área social que era restrita apenas aos movimentos religiosos, passa a ser de interesses das empresas, as quais passaram a buscar atuar nas ações relacionadas ao setor social, com a criação de fundações e institutos. A Fundação é instituída pela pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público.

A partir dos anos 90, no Brasil, surgem organizações do terceiro setor, desde aquelas formais burocráticas, até as pequenas associações comunitárias de caráter informal, as quais tendem a crescer em número, em uma sociedade onde o Estado, cada vez mais ausente, ou quando não, está presente para cobrar impostos. A emergência e multiplicação do Terceiro Setor é um fenômeno que vem ocorrendo, visando a amenizar a crise social existente.

Montaño (2002, p. 17) não concorda com opinião, ao advertir que em situações mais graves, a atividade local desenvolvida pelo Terceiro Setor não resolve o problema, apenas o encobre com o respaldo da mídia. O autor deixa claro a importância do papel ideológico que o Terceiro Setor cumpre na implementação das políticas neoliberais e a sua sintonia com o processo de reestruturação do capital pós 70. Ou seja, flexibilização das relações de trabalho, afastamento do Estado das responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho. No entanto, o Estado, permanece como instrumento de consolidação “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (2002:17). Para ele, o Terceiro Setor que, aparentemente, pode parecer um espaço de participação da sociedade, representa a fragmentação das políticas sociais e, por conseguinte, das lutas dos movimentos sociais.

Nesse sentido, as organizações se preocupam com o “estar”, ao distribuir cestas básicas para as populações mais carentes, por exemplo. “Substituem-se programas nacionais e regionais

por iniciativas “locais” incapazes de dar uma cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e/ou exclusão” (SOARES apud MONTAÑO, 2002). Ainda segundo o autor, separar as organizações oportunistas das que realmente possuem um cunho social é importante, pois nos permite identificar aquelas que irão sobreviver às alterações que possam acontecer. Como contribui Montañó (2002, p. 18) “a ‘generalização’ de que é acusada essa perspectiva de abordagem do ‘terceiro setor’ põe limitações – na medida em que não diferencia a filantropia da ‘pilantrópia’, as ONGs realmente comprometidas com os setores subalternos e com o desenvolvimento, preservação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas..., daquela maioria que apenas persegue o objetivo de enriquecer seus altos membros”. Isto posto, vale a pena gerar uma nova classificação para as organizações do Terceiro Setor, ou pelo menos, para aquelas que possuem programas comunitários ou de desenvolvimento social, em função da sua missão, conforme Quadro 1.

Quadro 1

Organizações que se preocupam com o “estar”	São instituições que desenvolvem atividades de assistência, tentando evitar a exclusão e os seus efeitos. Na verdade, funcionam como paliativos para minimizar os resultados gerados pelo sistema vigente.
Organizações que tem como questão central o “ser”	Essas organizações possuem programas de capacitação e entretenimento, viabilizando uma absorção mais equilibrada desses cidadãos pelo mercado.
Organizações que não estariam bem colocadas em um ou outro grupo	São as que se dedicam às investigações e estudos das causas e efeitos das desigualdades sociais.

Fonte: Montañó (2002, p. 18)

Como afirma Souza (1999, p. 10) “Há organizações inseridas no ‘*nonprofits sector*’ realmente imbuídas de sua missão. Há, outras, porém, que assumem o “disfarce” de organizações não-lucrativas com o único objetivo da evasão fiscal ou para defender interesses absolutamente privados”.

Para Gohn (2000, p. 26), as ONGs dos anos 90 tem uma natureza que defende as políticas de parcerias entre o setor público e as entidades privadas sem fins lucrativos, e não tem movimentos sociais ou associações comunitárias por de trás delas. Ao contrário das ONGs surgidas nos anos 70 e 80, não surgiram de processos de mobilização de massa, mas de processo de mobilizações pontuais.

Num cenário de omissões na década de 90, o Terceiro Setor surge como tentativa de minimizar os problemas sociais que se tornaram insustentáveis, agravados pela exclusão social. Fontana (2002, p. 21) cita que nem o Estado já era mais capaz de dar conta de todas as suas atribuições, na década de 90, outras entidades nasceram para defender causas como meio ambiente, combate à pobreza, direitos do consumidor, por exemplo. Guimarães (2000, p. 10)

cita: “No rastro da ausência do Estado e diante da enormidade de problemas que afetam o convívio social, a sociedade civil mobiliza-se com o objetivo de buscar alternativas de ação a esse quadro”.

No Brasil, uma das confusões mais comuns é associar as organizações do Terceiro Setor como pequenas organizações, desprovidas de recursos financeiros e que só trabalham com voluntários. No entanto, essas organizações podem até ter alcance mundial, com grande penetração na mídia e forte poder de influência nas decisões governamentais. Podem também ser criadas por uma grande empresa, objetivando melhorar sua imagem junto à sociedade e cativar consumidores, ao invés de, efetivamente, transformar uma realidade social precária. É importante considerar que nem todas essas organizações são sem fins lucrativos

Para lidar com a volatilidade das mudanças e com a possibilidade da escassez de recursos, as organizações do terceiro setor necessitam de gestores que planejem as ações desenvolvidas pela organização. Coelho (2000) esclarece que cada vez mais entidades do terceiro setor estão preocupadas em planejar suas ações a longo prazo, a fim de se preparar para possíveis mudanças conjunturais, mas para isso é necessário ter um quadro técnico adequado e capacitado. A estrutura administrativa das organizações do terceiro setor é composta por funções de direção e coordenação geral, coordenação técnica de programas e serviços de apoio administrativo. A qualificação no gerenciamento varia conforme o tipo da organização, na qual as fundações apresentam de forma geral uma equipe mais qualificada. Há o predomínio de pedagogos e assistentes sociais, e funções de direção geral, assessoria, coordenação técnica, serviços educacionais, de alimentação e saúde, administração geral e manutenção.

Os serviços prestados pelas ONGs estão voltados para a promoção de mudanças nos sujeitos e para que isto ocorra é necessário que as pessoas inseridas em suas atividades tenham conhecimento da sua missão. Drucker (2002) revela que as instituições sem fins lucrativos existem por causa da sua missão e é a partir desta que os colaboradores buscarão recursos para atingirem seus objetivos. A qualidade das decisões a serem tomadas e metas atingidas determina se a mesma está sendo gerida com seriedade e se seus valores e missão são de fato significativos para a sociedade.

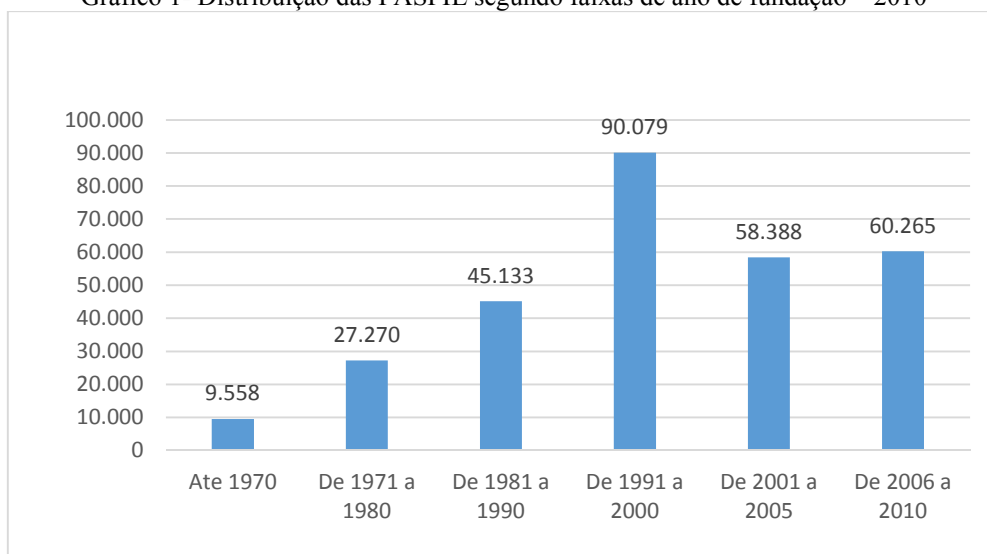
Apesar de muitas organizações do Terceiro Setor terem surgido a partir de movimentos sociais, estes não são considerados como Terceiro Setor, mesmo possuindo características semelhantes a tais organizações, além de caracterizar-se pelo caráter reivindicatório frente ao Estado.

Colocar sob uma mesma nomenclatura entidades diferentes, com algumas características em comum, ainda que possam ter objetivos antagônicos é justificável, para

Fernandes (1994), pois estas entidades se contrapõem às ações do governo e do mercado, emprestam um sentido maior aos elementos que o compõem, projetando uma visão integradora da vida pública.

Dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram que as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, entre os anos de 1991 e 2000, tiveram um aumento de quase 100%, passando de 45.133 para 90.079 unidade, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1- Distribuição das FASFIL segundo faixas de ano de fundação – 2010



Fonte: IBGE, 2010

Pelo exposto, percebe-se que o Terceiro Setor não é algo recente. Sua trajetória evidencia a diversidade de organizações que surgiram com objetivos diversos, em função do momento histórico pelo qual passava o país, como na relação das instituições religiosas com o Estado na época do Brasil-Colônia e em meados da década de 70, por exemplo.

2.2 O QUE É O TERCEIRO SETOR

Alguns autores têm seus próprios conceitos acerca das organizações sem fins lucrativos. Fernandes (1997, p. 27) aponta que as organizações sem fins lucrativos, foram criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. Para Teodósio (2001, p. 2)

o Terceiro Setor assemelha-se ao Estado (Primeiro Setor) na medida em que tem como objetivos e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por ser uma iniciativa da própria sociedade. Por outro lado, Terceiro Setor não equivale à iniciativa privada (Segundo Setor), pois apesar de não ser governamental, tem como objetivo não o benefício de algumas pessoas ou grupos muito reduzidos, mas o benefício de toda a sociedade em última instância.

Bayma (1997, p. 120) refere-se ao Terceiro Setor como organizações formadas através de livre iniciativa, desvinculadas do poder governamental, mesmo quando atuam em funções típicas do Estado. Segundo Andion (2005), o conceito de Terceiro Setor, originário de países anglo-saxões, refere-se à natureza das organizações que não pertencem ao aparelho burocrático do Estado nem ao conjunto das empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. Hudson (1999) afirma que as organizações do Terceiro Setor têm objetivo social, são orientadas por valores e agem por mudanças sociais, são independentes da esfera pública (Estado) e não tem fins lucrativos e reinvestem seus resultados nos próprios serviços que prestam. Salamon (2000, p. 92-93) refere-se ao Terceiro Setor como organizações que encarnam os valores de solidariedade e da iniciativa individual em prol do bem público, e concretamente não integram o aparelho governamental; não distribuem lucros a acionistas ou investidores, nem têm tal finalidade; se auto gerenciam e gozam de alto grau de autonomia interna; e envolvem um nível significativo de participação voluntária.

Camargo (2001, p. 35) apresenta entidades como constituintes do Terceiro Setor conforme quadro 2.

Quadro 2

Associações	Entidades sem fins lucrativos, voltadas para o atendimento de um objetivo comum cultural, social, religioso, recreativo
Fundações	Nascem do direcionamento de um patrimônio, à prestação de um determinado serviço, à uma comunidade
Sindicatos	Entidades criadas para defender os direitos individuais e profissionais de uma categoria
Cooperativas	Associações de pessoas, em busca da satisfação “econômica, social e cultural”, que estaria inviabilizada no âmbito individual
Igrejas	Tem o papel de disseminar na comunidade o sentimento de “solidariedade, amor ao próximo, ética e responsabilidade social
(ONGs)	Entidades procuradas por excelência para fazer a mediação nas políticas de parceria, ou seja, políticas que articulam o governo e a comunidade organizada

Fonte: Camargo (2001, p. 35)

Abranger entidades privadas com finalidade pública ou coletiva privada faz com que sejam classificadas como Terceiro Setor todas aquelas entidades que não pertencem ao primeiro nem ao segundo setor. Admitindo ser difícil a delimitação das entidades do Terceiro Setor,

quanto aos fins, Fernandes (1994, p. 21) tenta, através da combinação de resultados da conjunção entre o setor público e privado, estabelecer uma delimitação ao Terceiro Setor, apresentada no Quadro 3.

Quadro 3

Combinação entre resultados da conjunção entre o público e o privado				
AGENTES		FINS		RESULTADO
privados	para	Privados	=	Mercado
públicos	para	Públicos	=	Estado
privados	para	Públicos	=	Terceiro Setor
públicos	para	Privados	=	Corrupção

Fonte: Fernandes (1994, p. 21)

Fernandes (1997) observa a inclusão de alguns segmentos ao Terceiro Setor. O autor questiona a inclusão dos partidos políticos, já que pela sua própria natureza são organizados pela lógica do Estado; a relação entre religiões e Terceiro Setor é relevante, porém de grande complexidade, uma vez que o culto religioso leva os participantes a outras dimensões para além do Estado, do mercado ou da própria organização civil de que participam; os sindicatos e associações patronais, embora tenham atividades sem fins lucrativos, agem em função do mercado.

Considerando a abrangência cada vez maior das ações do Terceiro Setor e o aumento dessas organizações, importante indagar sobre seus objetivos, sua importância, suas contribuições e os resultados alcançados com estas ações, e em particular, a qualidade dos serviços que estas organizações oferecem à sociedade.

Vidal (2005) destaca que a maioria dessas organizações tem como objetivos institucionais a promoção de uma série de valores e bens públicos, como a solidariedade e o voluntariado, diferentemente das empresas, que baseiam a sua existência e atuação nos benefícios econômicos. Para ele, a organização que realiza um trabalho de qualidade e gera impacto positivo e significativo na sociedade não somente será reconhecida moralmente como também tecnicamente. Portanto, o desempenho se torna um dos critérios mais importantes no processo de legitimação.

De modo genérico, pode-se dizer que as organizações sem fins lucrativos, como parceiras do governo, ajudam a ofertar serviços, e, portanto, atuam como organizações terceirizadas, produzindo o que, nem o Estado, nem o mercado, individualmente conseguem produzir, beneficiando pessoas que não participam diretamente desse processo e gerando externalidades positivas.

Assim, o Terceiro Setor pode ser entendido como nem governamental nem lucrativo, como aquilo que é público, porém privado ou então, aquilo que é privado, porém público. Neste sentido, o Terceiro Setor assemelha-se ao Estado na medida em que tem como objetivos e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por ser uma iniciativa da própria sociedade. Por outro lado, Terceiro Setor não é equivalente à iniciativa privada, pois apesar de não ser governamental, tem como objetivo não o benefício de algumas pessoas ou grupos muito reduzidos, mas o benefício de toda a sociedade em última instância.

Em síntese, o Primeiro Setor, constituído pelo Governo, atua na esfera pública, o Segundo Setor constituído por empresas, atua na esfera privada, e o Terceiro Setor constituído na esfera privada, tem atuação e alcance público, o qual busca no fortalecimento e na sistematização das ações da sociedade civil, o bem comum.

O Terceiro Setor se constitui de organizações na esfera de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, que tem por objetivo o bem comum. Fazem parte do Terceiro Setor as organizações não governamentais, as fundações e os institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras entidades sem fins lucrativos.

2.3 A EVOLUÇÃO DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (EAS) NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

As Entidades de Assistência Social (EAS) são instituições voltadas para o atendimento de grupos específicos da população, tais como: crianças, adolescentes e jovens, idosos, pessoas com deficiência e outros. Diversas dessas entidades, embora se definam por um atendimento específico a determinado grupo, acabam por agregar outros grupos, com diferentes necessidades específicas.

No caso brasileiro, a participação da sociedade civil organizada ganha maior evidência a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do País depois de mais de 20 anos de ditadura militar. O marco dessa transição é a Constituição Federal promulgada em 1988, que traz em seu texto e em suas leis complementares boa parte da arquitetura institucional que regula hoje a sociedade brasileira. A partir desse período e, especialmente, ao longo dos anos de 1990, crescem no País diversos tipos de arranjos entre Estado e organizações da sociedade na implementação e na cogestão de políticas públicas, particularmente, as de caráter social entre o Estado e organizações da sociedade. Assim, a

avaliação e a qualificação desses arranjos requerem, dentre outros subsídios para a análise, um melhor conhecimento do papel que os diversos atores não-governamentais veem desempenhando no País.

No universo das EAS pesquisadas, segundo dados do estudo realizado pelo IBGE e pelo IPEA relativo a 2010, cerca de 51,7% atendem a um público nas faixas etárias que se estendem dos 15 aos 24 anos, caracterizando um atendimento prioritário ao público jovem. Seguem essa tendência nacional a maioria dos estados.

A tabela 1 demonstra que no Brasil, até 2010, foram fundadas 290.693 Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). A distribuição das FASFIL no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população. Assim é que, na Região Sudeste, concentram-se praticamente as mesmas proporções de FASFIL (44,25%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar figura a Região Nordeste, onde estão 22,89% dessas instituições, o que representa uma proporção pouco menor do que a da população (27,8%). A Região Sul ocupa o terceiro lugar (21,55%) tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada das FASFIL. Na Região Norte, ao inverso, estão 4,86% das FASFIL e 8,3% dos brasileiros. Das 290.693 entidades nascidas até 2010, quase a metade surgiu entre 1991 e 2005, sendo a maior taxa de crescimento entre 1971 e 1980 (185%).

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS FASFIL SEGUNDO FAIXAS DE ANO DE FUNDAÇÃO - 2005

Faixa de ano de fundação	Grandes Regiões						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Absoluta	Relativa (%)
Ate 1970	158	1.026	5.556	2.477	341	9.558	3,29%
De 1971 a 1980	698	3.034	14.845	6.983	1.710	27.270	9,38%
De 1981 a 1990	1.712	7.805	21.552	11.028	3.036	45.133	15,53%
De 1991 a 2000	4.574	24.670	36.233	19.014	5.588	90.079	30,99%
De 2001 a 2005	3.250	15.485	23.924	11.674	4.055	58.388	20,09%
De 2006 a 2010	3.736	14.509	26.510	11.457	4.053	60.265	20,73%
	14.128	66.529	128.620	62.633	18.783	290.693	100,00%
	4,86%	22,89%	44,25%	21,55%	6,46%		

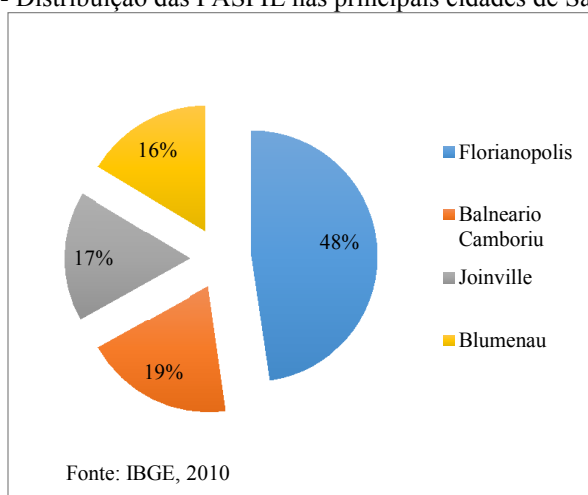
Fonte: IBGE, 2010

A distribuição dessas entidades não acompanha a distribuição da pobreza no Brasil: 65 % das entidades de Assistência Social estão localizadas nas regiões mais ricas do País (Sul e Sudeste). A pobreza, no entanto, é uma das vulnerabilidades sociais que compõem o campo da assistência, mas não a única. Ao seu lado, estão as questões da violência, abuso e exploração sexual, ausência de acessibilidade, entre outros problemas que se distribuem por todo o

Território Nacional, muitas vezes concentrados nos grandes centros urbanos das regiões mais desenvolvidas. Pode ser que essa amplitude de atribuições do setor explique parcialmente porque a distribuição das entidades de Assistência social não segue, necessariamente, o mapa da pobreza no País.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) mostrou que em Santa Catarina, nos 293 municípios pesquisados, das 30.108 FASFIL, 26,16% estavam concentradas nas cidades de Florianópolis (3.759), Balneário Camboriú (1.508), Joinville (1.318) e Blumenau (1.293), sendo a Capital de Santa Catarina a de maior representatividade no grupo (48%), conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição das FASFIL nas principais cidades de Santa Catarina



No Estado, Florianópolis representa 12,5% das FASFIL. Em se tratando de fundações privadas e associações sem fins lucrativos que atuam na assistência social, as quatro cidades que mais abrigam essas entidades estão Florianópolis, Concórdia, Joinville e Blumenau, sendo responsáveis por quase 50% da alocação das entidades. Florianópolis lidera novamente o ranking tendo 16,5% dessas entidades.

As instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondiam a apenas 12,67% do total das FASFIL e, não obstante, absorvem o maior percentual de pessoas ocupadas (47,3%). Entre as conclusões que se pode extrair desse resultado, destacam-se não só a presença menos significativa dessas entidades nas décadas anteriores, mas também a dificuldade de manutenção das entidades menores ao longo dos anos.

3 OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A política de emprego implementada pelo Governo apresenta-se como um dos grandes desafios na atualidade, na medida em que jovens precisam ser inseridos no mercado de trabalho. Este público jovem, caracterizado como um público mais vulnerável, defronta-se com maiores dificuldades de inserção profissional, tendendo a encontrar ocupações mais precárias, especialmente jovens de baixa escolaridade e fragilizados na sua formação educacional. Assim, esse público está mais propenso à situação de desemprego, principalmente no longo prazo. Diante dessa situação, as políticas de emprego para os jovens se apresentam como uma alternativa importante, pois permitem a popularização de chances de ascensão social e redução das desigualdades.

Nos anos 90 a população jovem sofreu com a restrição de vagas para trabalhadores com menor escolaridade. No entanto, com a criação da SNJ dez anos depois, o público jovem passou a ser centro de políticas específicas, de modo a poder fortalecer as chances de inserção profissional desses jovens, e sua ascensão social.

Segundo dados do IBGE (2011) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o percentual de jovens entre 15 e 24 economicamente ativos, diminuiu de 57,7% em 2001 para 53,6% em 2011. Essa situação pode ser resultado tanto das maiores dificuldades de inserção no mercado como de um maior número de anos dedicados à escola.

A baixa escolaridade desses jovens e a precária qualidade da educação no Brasil agrava ainda mais a situação. A necessidade das famílias brasileiras em complementarem sua renda, faz com que os jovens ingressem precocemente no mercado de trabalho, especialmente jovens de famílias mais pobres, inclusive pela qualidade da educação que lhes é oferecida. A inserção precoce faz com que esses jovens sejam inseridos no mercado de trabalho em funções precárias, assim como suas chances de crescer profissionalmente se reduzem.

Sarriera e Verdin (1996) através de pesquisa mais focada no campo da psicologia, demonstraram que jovens desempregados apresentam menor nível de bem-estar psicológico, devido a um sentimento de "vazio" e impotência frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho que os desmotiva para obter atitudes mais assertivas e perseverantes na busca de atividades laborais.

Assim, maiores taxas de desemprego involuntário estão associadas ao ingresso prematuro e a formação deficiente são algumas das dificuldades encontradas pelos jovens que buscam uma colocação no mercado de trabalho. A ocupação precária desses jovens e a baixa remuneração são também fatores que elevam rotatividade no mercado de trabalho.

Neste sentido, as políticas de emprego para os jovens devem objetivar a oferta a esses jovens não apenas de uma experiência de emprego a qualquer custo, mas de implementar ações que ampliem as chances de ascensão futura.

O Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), implantado nos anos 90, visava capacitar parte significativa da população economicamente ativa e representou significativo elevação de gastos com capacitação, e os jovens, um dos grupos considerados vulneráveis, estavam entre os priorizados. No entanto, o plano caracterizou-se por muitas dificuldades, inclusive a desarticulação com outras políticas e a falta de acompanhamento e monitoramento. Sua implantação visava estimular o empreendedorismo e as oportunidades de emprego e renda fora do setor formal. O PLANFOR surgiu como uma resposta as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores com menor escolaridade e qualificação.

Em 2003, o Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE), foi criado especificamente para os jovens com idade entre 16 e 24 anos e em situação de desemprego involuntário, de famílias pobres (renda mensal de até meio salário mínimo *per capita*), sem vínculo empregatício anterior e cursando estabelecimentos de ensino médio ou fundamental. O programa incluía ações ligadas à qualificação e à escolaridade, experiências de treinamento nas empresas e a concessão de subvenção para contratação, assim como destaque para ações de estímulo ao empreendedorismo, incluindo cursos diversos (artesanato, marcenaria, gastronomia e construção civil, fotografia, dança e teatro). Apesar da concessão de subsídios que buscavam estimular as empresas a contratar jovens, poucas aderiram ao programa justificando que os jovens não estavam preparados.

No ano de 2005 a preocupação passou a ser a capacitação e a empregabilidade, ações voltadas a fortalecer a qualificação, a autoestima e a sociabilidade. Com a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), sob coordenação da SNJ, ligada à Secretaria Executiva da Presidência, foram combinadas ações voltadas à elevação da escolaridade, à conclusão do ensino fundamental e ao estímulo à qualificação profissional e à cidadania.

A tabela 2 expõe o potencial de contratação de jovens aprendizes no Brasil (MTE, 2013), o que demonstra que o número de jovens aprendizes contratados não alcança 30% da quantidade de aprendizes disponíveis para ingressarem no mercado.

Tabela 2 - POTENCIAL DE CONTRATAÇÃO NO BRASIL – 2013

POTENCIAL DE CONTRATAÇÃO / APRENDIZES CONTRATADOS				
BRASIL				
QTEstabelecimento	QTAprendiz	QTaprendizContratado	Percentual de Contratação	NOMunicípio
1950	2748	773	28,13	ACRE
6443	12722	3129	24,60	ALAGOAS
6211	17865	6725	37,64	AMAZONAS
1566	2385	868	36,39	AMAPÁ
43653	57902	14440	24,94	BAHIA
17780	33150	12607	38,03	CEARÁ
15172	26923	8231	30,57	DISTRITO FEDERAL
23313	23277	10154	43,62	ESPÍRITO SANTO
43642	40198	13966	34,74	GOIÁS
8643	16964	2524	14,88	MARANHÃO
141943	128062	35798	27,95	MINAS GERAIS
25745	16201	2776	17,13	MATO GROSSO DO SUL
27532	20700	4441	21,45	MATO GROSSO
16823	28179	5876	20,85	PARÁ
9782	14921	2451	16,43	PARAÍBA
24541	44075	10028	22,75	PERNAMBUCO
6457	10401	1646	0,00	PIAUÍ
76701	73570	19074	25,93	PARANÁ
89126	110473	27455	24,85	RIO DE JANEIRO
9007	15970	3400	21,29	RIO GRANDE DO NORTE
8322	10515	2668	25,37	RONDONIA
1175	2486	537	21,60	RORAIMA
81899	76828	30844	40,15	RIO GRANDE DO SUL
7311	9990	2897	29,00	SERGIPE
45952	54595	15324	28,07	SANTA CATARINA
276627	379367	102037	26,90	SÃO PAULO
9415	7293	1931	26,48	TOCANTINS
1026731	1237760	342590	27,68	TOTAL BRASIL

Fonte: DBIDEB SET 2013 - Ministério do Trabalho

No Estado de Santa Catarina, os números acompanham a média nacional (28,07%). Com relação ao potencial médio de contratação referente a Macrorregião de Florianópolis, a qual envolve os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara, está bem abaixo da média nacional, tendo sido verificado apenas 11,58% de contratação de jovens comparado ao potencial da região. Excetuando-se o município de Antônio Carlos, para o qual não foram encontrados dados referentes ao potencial de contratação, oito municípios apresentaram percentual zero de contratações, o que baixou a média da macrorregião. O município de maior representatividade foi o de Rancho Queimado (33,33%). Dos sete municípios que apresentaram resultados de contratação, os três menores potenciais de contratação foram verificados nos municípios de São Jose (22,02%), Florianópolis (21,08%) e Biguaçu (19,35%).

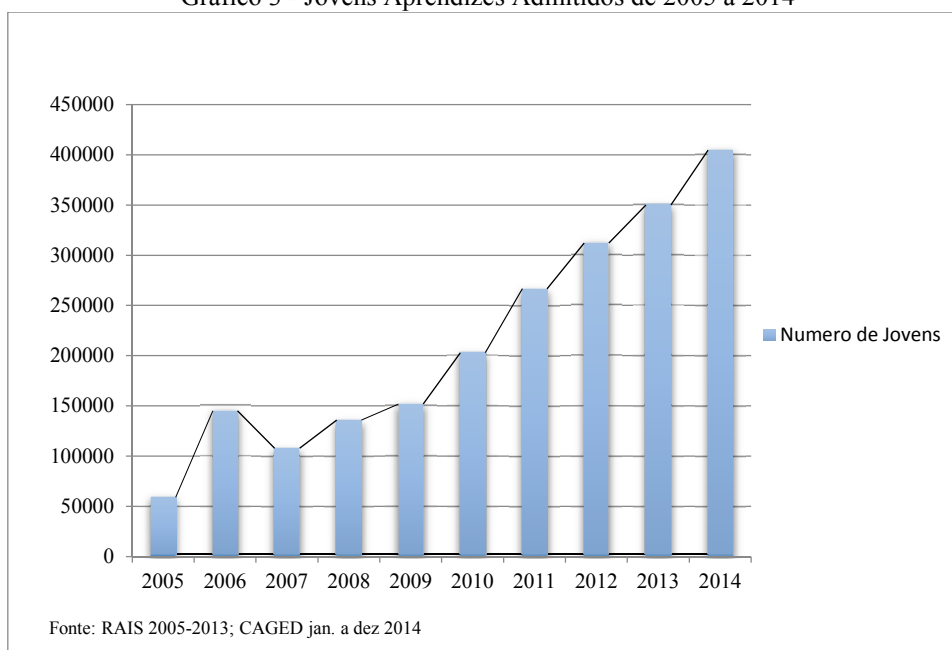
3.1 JOVENS APRENDIZES ADMITIDOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO BRASIL

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 do MTE colocou como meta a inserção de 1.229.628 jovens no mercado de trabalho, sendo que, para o período 2012/2014, foi atingida a meta em quase 87% do que foi estabelecido, conforme demonstram a tabela 3 e o Gráfico 3 (RAIS 2005-2013; CAGED jan. a dez 2014).

Tabela 3 - APRENDIZES ADMITIDOS DE 2005 A 2014

Ano	Número de Jovens	% Total	Taxa de Crescimento
2005	57.231	2,70%	
2006	143.254	6,77%	150,31%
2007	105.959	5,00%	-26,03%
2008	134.001	6,33%	26,46%
2009	150.001	7,08%	11,94%
2010	201.097	9,50%	34,06%
2011	264.764	12,50%	31,66%
2012	310.249	14,65%	17,18%
2013	348.183	16,44%	12,23%
2014	402.683	19,02%	15,65%
	2.117.422	100,00%	
Fonte: RAIS 2005-2013; CAGED jan. a dez 2014			

Gráfico 3 - Jovens Aprendizizes Admitidos de 2005 a 2014



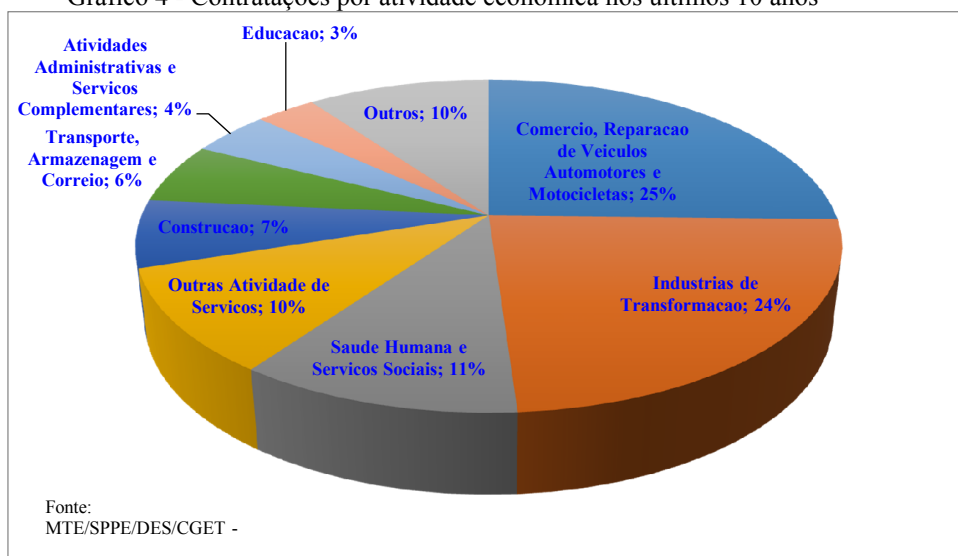
3.2 CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES ADMITIDOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS NO BRASIL POR ATIVIDADE ECONÔMICA

No Brasil, o número de contratações de jovens aprendizes nos últimos dez anos totalizou mais de 400 mil vagas preenchidas, conforme se observa na tabela 4 e no Gráfico 4 (MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED ano 2014 - Lei 4.923/65). Os dois setores que mais contrataram foi o de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e de Indústrias de Transformação, sendo responsáveis por quase 50% do total de contratações (MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED ano 2014 - Lei 4.923/65).

Tabela 4 - CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA

	Total	% TOTAL
Comercio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	102.219	25,39%
Industrias de Transformação	94.719	23,52%
Saúde Humana e Serviços Sociais	44.085	10,95%
Outras Atividade de Serviços	40.666	10,10%
Construção	26.458	6,57%
Transporte, Armazenagem e Correio	23.558	5,85%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	17.477	4,34%
Educação	13.201	3,28%
Alojamento e Alimentação	10.201	2,53%
Informação e Comunicação	6.102	1,52%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	5.110	1,27%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	4.841	1,20%
Indústrias Extrativas	3.493	0,87%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	3.133	0,78%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	2.721	0,68%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1.874	0,47%
Eletricidade e Gás	1.295	0,32%
Atividades Imobiliárias	794	0,20%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	687	0,17%
Outros	1	0,00%
TOTAL DE CONTRATAÇÕES	402.635	100,00%
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED ano 2014 - Lei 4.923/65		

Gráfico 4 - Contratações por atividade econômica nos últimos 10 anos



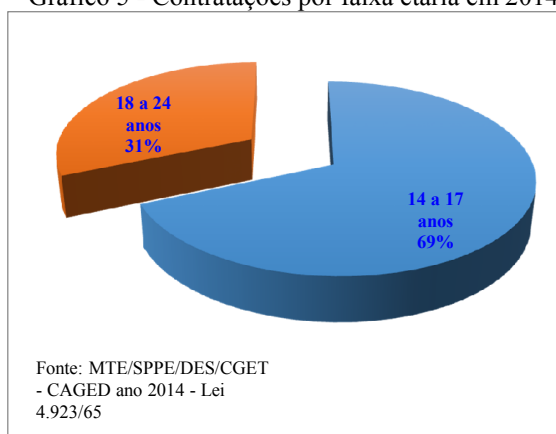
3.3 CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES POR FAIXA ETÁRIA NO BRASIL EM 2014

Analisando os dados obtidos referentes ao ano de 2014 através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se que, da faixa etária alvo dos programas de aprendizagem, conforme a Lei n. 10.097/2000, observou-se um maior contingente de jovens entre 14 e 17 anos contratados, o que representou quase 70% de jovens em 2014, conforme demonstram os dados apresentados na tabela 5 e do gráfico 5.

Tabela 5 - CONTRATAÇÕES POR FAIXA ETÁRIA - 2014

Faixa Etária	Total	% TOTAL
14 a 17 anos	275.152	68,33%
18 a 24 anos	126.020	31,30%
25 a 29 anos	516	0,13%
30 a 39 anos	636	0,16%
40 a 49 anos	264	0,07%
50 a 64 anos	90	0,02%
64 anos ou mais	5	0,00%
TOTAL DE CONTRATAÇÕES	402.683	100,00%
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED ano 2014 - Lei 4.923/65		

Gráfico 5 - Contratações por faixa etária em 2014



3.4 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL/2015

A População em Idade Ativa (PIA) é uma classificação etária que compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica. A PIA é composta pela soma das Pessoas Economicamente Ativas (PEA) e das Pessoas Não-economicamente Ativas (PNEA).

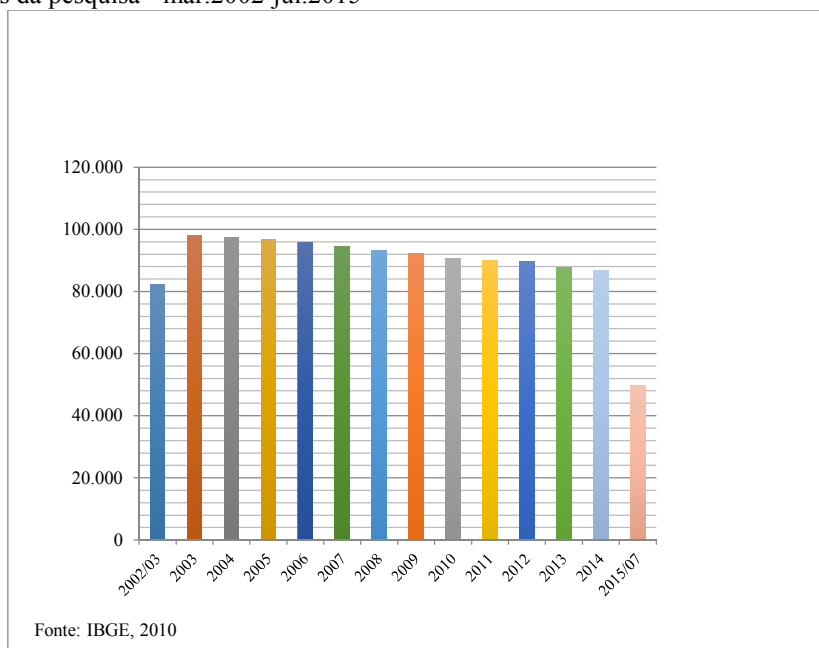
A PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A PNEA são as pessoas não-economicamente ativas que não podem ser classificadas nem como empregadas nem como desempregadas. Como por exemplo, pessoas que não possuem e nem estão procurando trabalho.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a idade limite mínima para definir as pessoas em idade de trabalhar inclui as pessoas de 10 anos ou mais e na PNAD Contínua essa data limite é de 14 anos. Dessa forma a PNAD passou a calcular a Taxa de desemprego no Brasil para uma PIA composta por toda população com 15 anos de idade.

Tabela 6 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, EM IDADE ATIVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015

População em Idade Ativa (PIA) Estimativas (Em 1.000 pessoas)			
Ano	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
2002/03	23.741	58.579	82.320
2003	28.356	69.603	97.959
2004	28.156	69.428	97.584
2005	27.761	68.873	96.634
2006	27.458	68.228	95.686
2007	26.948	67.531	94.479
2008	26.611	66.645	93.256
2009	26.971	65.419	92.389
2010	27.060	63.696	90.756
2011	27.257	62.595	89.852
2012	27.570	62.078	89.648
2013	26.980	60.702	87.683
2014	26.709	60.009	86.718
2015/07	15.197	34.456	49.653
Fonte: IBGE			

Gráfico 6 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, em idade ativa na semana de referência, das regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.2015



Considerando o período marco de 2002 a julho de 2015, a PIA de jovens entre 15 a 24 anos, nas regiões metropolitanas do Brasil, a população na faixa etária de 15 a 17 anos representou, na média, quase 30% da PIA e, pouco mais 70% correspondeu a jovens entre 18 e 24 anos. No entanto, o que se observou é que a PIA na faixa etária indicada decaiu ao longo do período na média de 1% ao ano, conforme se observa na tabela 6, representada no gráfico 6, assim como se observou um pequeno crescimento na PIA na faixa etária de 15 a 17 anos, ao

passo que um pequeno decréscimo na faixa etária entre 18 e 24 anos. As regiões metropolitanas referem-se as cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

3.5 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL./2015

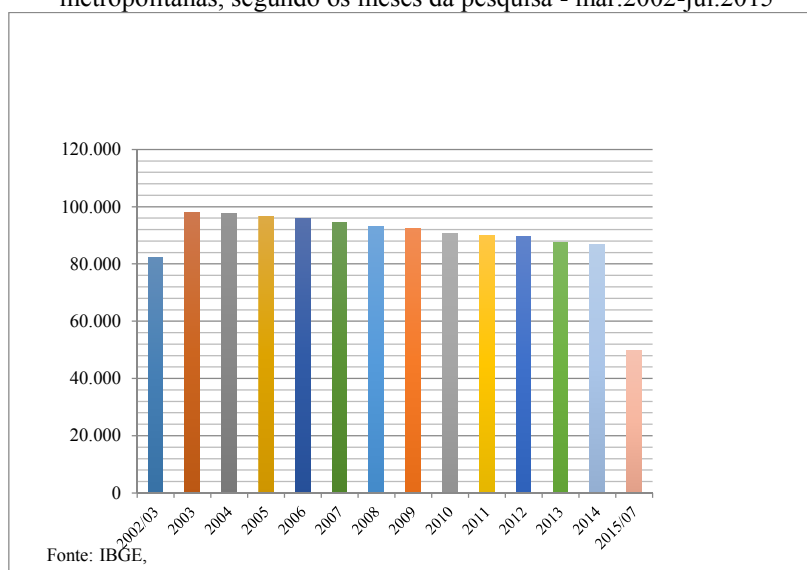
A População Economicamente Ativa (PEA) é formada pela parcela da População em Idade Ativa (PIA) que foram classificadas como pessoas ocupadas ou desocupadas no âmbito de uma determinada pesquisa (Censo, Pesquisa domiciliar, etc.).

Nesse sentido "Pessoas ocupadas" são as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas; e "Pessoas desocupadas" são aquelas sem trabalho, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho.

Tabela 7 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015

População Economicamente Ativa (PEA) Estimativas (Em 1.000 pessoas)			
Ano	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
2002/03	5.695	39.962	45.657
2003	7.387	48.871	56.257
2004	7.175	49.084	56.260
2005	6.249	47.867	54.115
2006	6.456	48.160	54.616
2007	5.953	47.827	53.779
2008	5.757	47.048	52.805
2009	5.120	45.705	50.825
2010	5.108	44.649	49.756
2011	5.363	43.558	48.921
2012	5.323	43.110	48.432
2013	5.066	41.165	46.231
2014	4.373	39.059	43.432
2015/07	2.477	22.351	24.828
Fonte: IBGE			

Gráfico 7 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, economicamente ativas na semana de referência, por regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.2015



Considerando o período marco de 2002 a julho de 2015, a PEA de jovens entre 15 a 24 anos, nas regiões metropolitanas do Brasil, a população na faixa etária de 15 a 17 anos representou, na média, quase 11% da PEA e, quase 89% correspondeu a jovens entre 18 e 24 anos. No entanto, o que se observou é que a PEA na faixa etária indicada decaiu ao longo do período na média de quase 2% ao ano, conforme se observa na tabela 7, representada no gráfico 7, assim como observou uma sutil queda na PEA na faixa etária de 15 a 17 anos, ao passo que um leve crescimento na PEA da faixa etária entre 18 e 24 anos. As regiões metropolitanas referem-se as cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

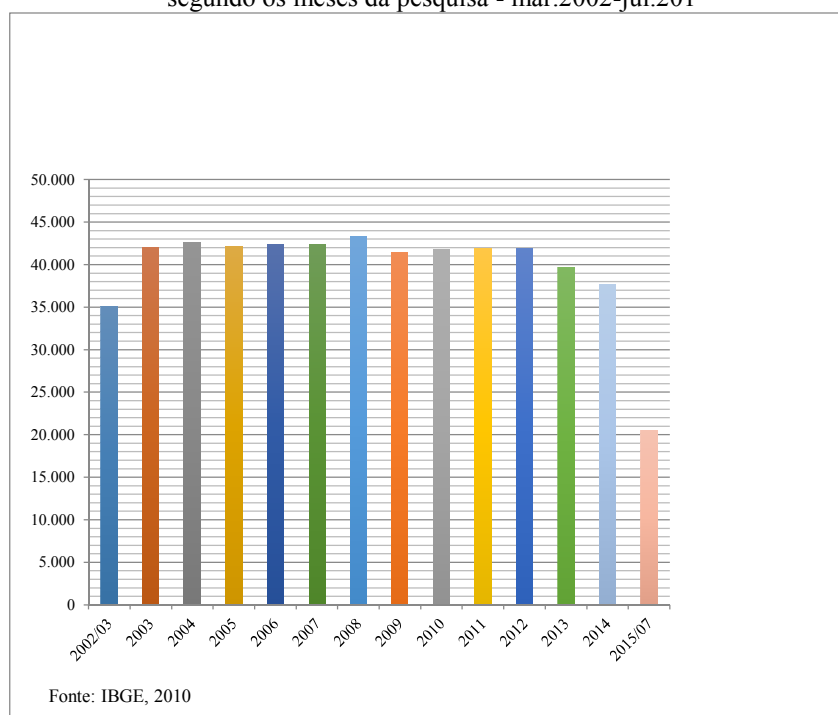
3.6 POPULAÇÃO OCUPADA (PO) COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS DE MAR/2002 A JUL./2015

A População Ocupada (PO) compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à da entrevista, ou seja, os indivíduos que tinham um patrão, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família

Tabela 8 - PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA - MAR.2002-JUL.2015

População Ocupada (PO) Estimativas (Em 1.000 pessoas)			
Ano	15 a 17 anos	18 a 24 anos	Total
2002/03	3.745	31.340	35.085
2003	4.567	37.437	42.005
2004	4.625	38.001	42.626
2005	4.161	37.970	42.132
2006	4.347	38.017	42.364
2007	4.045	38.319	42.364
2008	4.095	39.200	43.295
2009	3.650	37.783	41.433
2010	3.793	37.981	41.774
2011	4.126	37.711	41.838
2012	4.149	37.753	41.902
2013	3.820	35.925	39.745
2014	3.297	34.322	37.619
2015/07	1.749	18.783	20.532
Fonte: IBGE, 2010			

Gráfico 8 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, das regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar.2002-jul.201



Considerando o período março de 2002 a julho de 2015, a PO de jovens entre 15 a 24 anos, nas regiões metropolitanas do Brasil, a população na faixa etária de 15 a 17 anos representou, na média, quase 10% da PO e, quase 90% correspondeu a jovens entre 18 e 24 anos. No entanto, o que se observou é que a PO na faixa etária indicada decaiu ao longo do período na média de quase 1% ao ano, conforme se observa na tabela 8, representada no gráfico

8, assim como observou uma queda na PO na faixa etária de 15 a 17 anos, ao passo que um leve crescimento na PO da faixa etária entre 18 e 24 anos, acompanhando a tendência da PEA no período. As regiões metropolitanas referem-se as cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

3.7 CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES POR ESTADO EM 2014

Este subcapítulo apresenta os dados referentes às contratações em 2014 por Estado. Considerando que foi estabelecida a meta de 32% sobre o potencial de contratação, observou-se que os Estados que contrataram acima da meta estabelecida para o Brasil foram Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo, Amapá, Acre, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Sergipe, conforme tabela 9.

Tabela 9 - CONTRATAÇÕES DE JOVENS APRENDIZES, POR ESTADO, EM 2014

N.	UF	Total de Jovens Admitidos em 2014	Potencial de contratação	% Atingido
1	Rio Grande do Sul	37.794	76.828	49,19%
2	Ceara	16.287	33.150	49,13%
3	Espirito Santo	10.641	23.277	45,71%
4	Amapá	1.057	2.385	44,32%
5	Acre	1.210	2.748	44,03%
6	Distrito Federal	11.786	26.923	43,78%
7	Santa Catarina	20.842	54.595	38,18%
8	Minas Gerais	48.836	128.062	38,13%
9	Goiás	14.564	40.198	36,23%
10	Sergipe	3.480	9.990	34,83%
11	Amazonas	5.689	17.865	31,84%
12	Rio de Janeiro	34.190	110.473	30,95%
13	Mato Grosso	6.160	20.700	29,76%
14	São Paulo	110.983	379.367	29,25%
15	Roraima	708	2.486	28,48%
16	Rondônia	2.944	10.515	28,00%
17	Pernambuco	12.319	44.075	27,95%
18	Paraná	20.381	73.570	27,70%
19	Rio Grande do Norte	4.311	15.970	26,99%
20	Bahia	15.335	57.902	26,48%
21	Alagoas	3.362	12.722	26,43%
22	Paraíba	3.896	14.921	26,11%
23	Tocantins	1.775	7.293	24,34%
24	Para	6.111	28.179	21,69%
25	Mato Grosso do Sul	3.382	16.201	20,88%
26	Maranhão	3.063	16.964	18,06%
27	Piauí	1.577	10.401	15,16%
TOTAL DE CONTRATAÇÕES		402.683	1.237.760	32,53%
Fonte: DBIDEB 2014 - Ministério do Trabalho				

Portanto, dos 27 estados apenas 10 contrataram jovens aprendizes acima da média estabelecida pelo MTE, e assim os 17 estados que não alcançaram a média estabelecida, obtiveram uma média de quase 26% de contratações.

3.8 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NO BRASIL ENTRE JOVENS DE 16 E 24 ANOS DE IDADE

Segundo dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2004 a 2012, observou-se que houve um crescimento de empregos formais ofertados a jovens, tanto na faixa etária de 16 a 17 anos, como de 18 a 24 anos, conforme demonstra a tabela 10. A taxa média de crescimento no período foi de 6,04% para jovens entre 16 e 17anos, enquanto entre jovens de 18 a 24 anos, a taxa média de crescimento foi a metade, ou seja, 3,02% no referido período, conforme demonstra a tabela 10, representada pelo Gráfico 9.

Tabela 10 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA BRASIL – 2004-2012

Faixa Etária	16 a 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
2004	300.265	5.827.864	6.128.129
2005	314.314	6.078.711	6.393.025
2006	307.808	6.265.835	6.573.643
2007	327.905	6.652.692	6.980.597
2008	359.872	6.891.002	7.250.874
2009	365.139	7.071.201	7.436.340
2010	407.182	7.542.292	7.949.474
2011	466.162	7.820.740	8.286.902
2012	531.618	7.828.573	8.360.191
Fonte: RAIS 2004 a 2012 - Ministério do Trabalho			

Gráfico 9 - Número de empregos formais, segundo faixa etária Brasil – 2004-2012

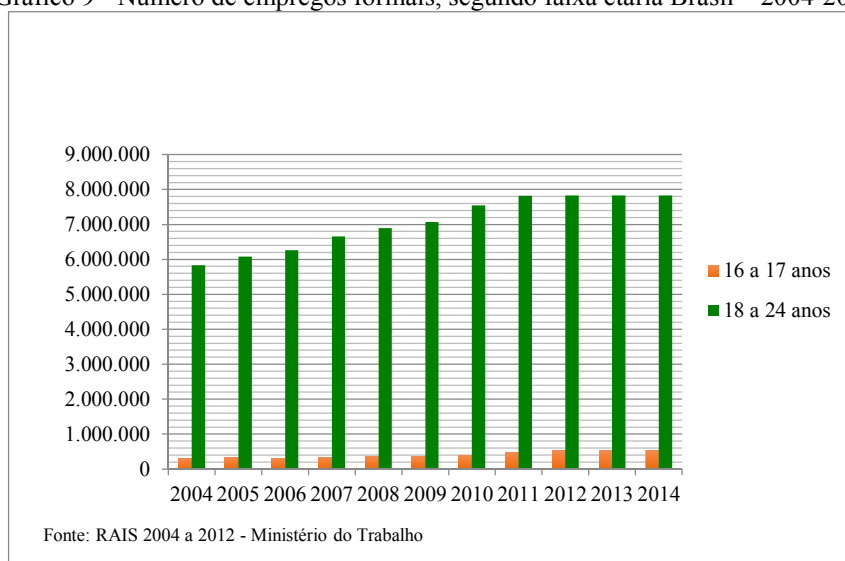
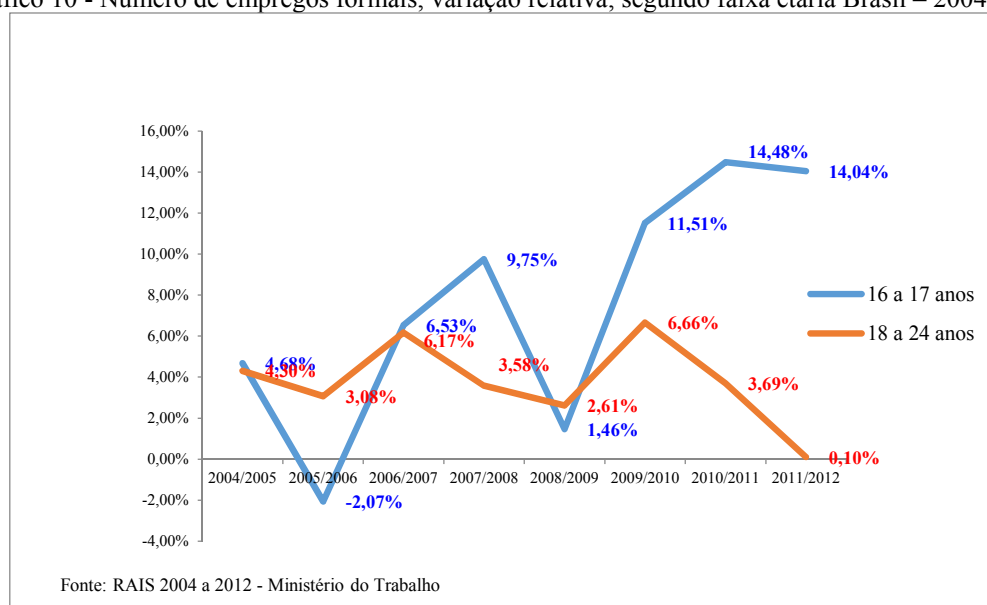


Gráfico 10 - Número de empregos formais, variação relativa, segundo faixa etária Brasil – 2004-2012



Assim, o número de empregos a jovens entre 16 e 17 anos, que representa pouco mais de 5% do total de jovens, cresceu no período, em média, 8% ao ano. Por outro lado, o número de empregos a jovens de 18 a 24 anos, que representa quase 95% do total de jovens, cresceu no período, em média, 4% ao ano, conforme demonstra a tabela 10, representada pelo Gráfico 10.

3.9 A EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NA MACRORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS

Segundo o último Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010) , a Macrorregião Grande Florianópolis possuía em 2010 uma população de 925.576 habitantes, o equivalente a 14,81% da população do Estado. Florianópolis era a cidade mais populosa com 421.240 habitantes, sendo que 73% estava ocupada (310.020 pessoas). A Macrorregião envolve os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara.

Com relação ao cenário empresarial, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego referentes ao ano de 2011, a Macrorregião Grande Florianópolis apresentava um total de 62.172 empresas, que geraram no mesmo ano, 414.796 empregos formais. Florianópolis respondia por 55% das empresas da macrorregião, São José por 22% e Palhoça por 11%. Esses três municípios geravam 93% dos empregos formais da Macrorregião. A população da Macrorregião Grande Florianópolis apresentou, no ano de 2010, crescimento de 23% desde o Censo Demográfico realizado em 2000 (IBGE, 2000).

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos, os adultos, dos 20 anos até 59 anos, e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, na Macrorregião Grande Florianópolis, em 2010, os jovens representavam 28% da população, os adultos 61,6% e os idosos 10,4%.

Os gráficos 11 e 12 apresentam a evolução das três faixas etárias, sendo que a maior variação é atribuída aos jovens, entre os anos de 2000 e 2010.

Gráfico 11 - Distribuição relativa por faixa etária da população na Macrorregião Grande Florianópolis em 2000

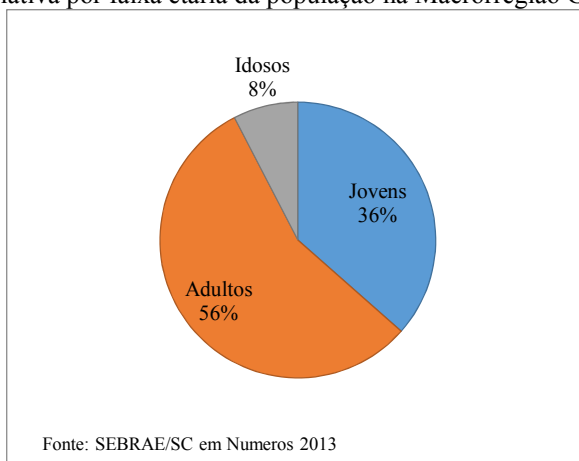
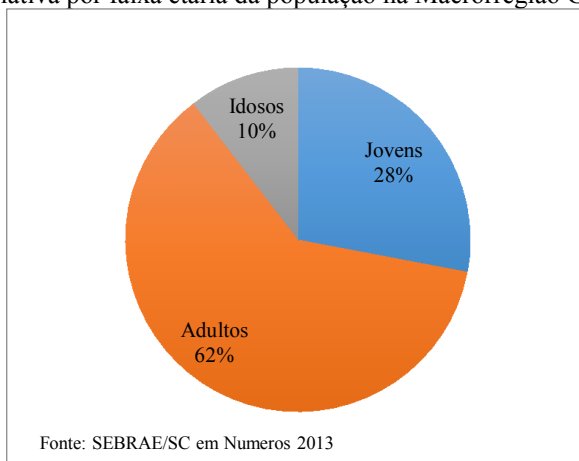


Gráfico 12 - Distribuição relativa por faixa etária da população na Macrorregião Grande Florianópolis em 2010

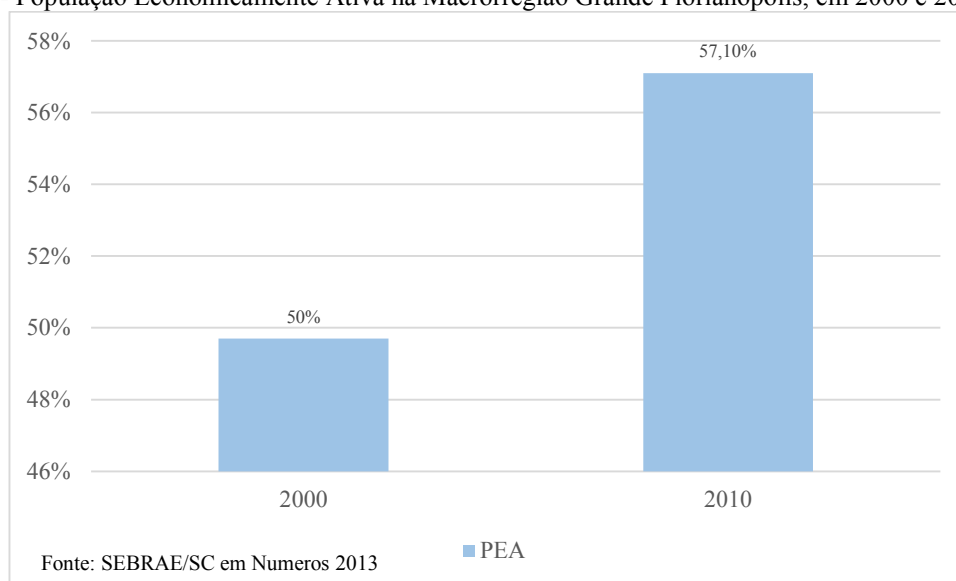


Ainda relacionado à faixa etária da população, compete mencionar a questão da PEA, que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças ser ilegal no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir dos 10 anos de idade, uma vez que a realidade no país, por vezes, mostra situações diferentes do que prega a lei.

O gráfico 13 apresenta a PEA da Macrorregião Grande Florianópolis para os anos de 2000 e 2010, tomando por base a metodologia do IBGE.

Gráfico 13 - População Economicamente Ativa na Macrorregião Grande Florianópolis, em 2000 e 2010



Em 2012, a Macrorregião Grande Florianópolis apresentava 202.798 alunos matriculados (não inclusos os alunos do ensino superior), sendo este número resultado do balanço do Ministério da Educação (MEC) relativo ao ano de 2012 (MEC 2012), conforme tabela 11 representada no gráfico 14.

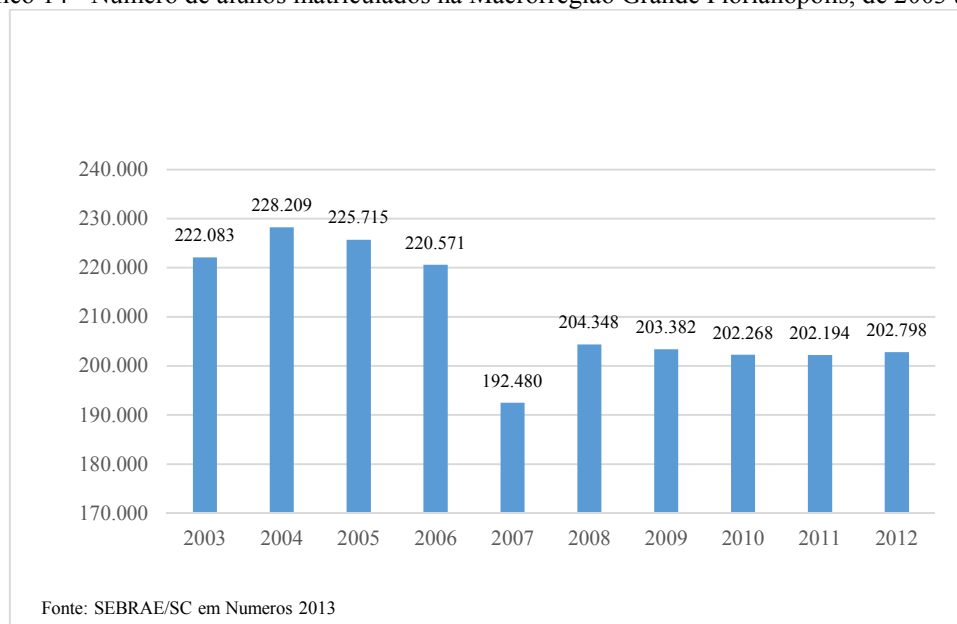
Tabela 11 - ALUNOS MATRICULADOS DE 2003 A 2012 NA MACRORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Total
2003	65.697	103.255	2.760	50.371	222.083
2004	70.910	106.386	2.354	48.559	228.209
2005	70.057	102.720	3.899	49.039	225.715
2006	70.555	101.675	3.680	44.661	220.571
2007	69.722	89.384	3.221	30.153	192.480
2008	70.458	89.176	3.432	41.282	204.348
2009	70.751	84.180	4.021	44.430	203.382
2010	69.612	81.778	4.303	46.575	202.268
2011	70.442	79.579	4.371	47.802	202.194
2012	71.309	75.493	4.480	51.516	202.798
% relativo em 2012	35%	37%	2%	25%	
Evolução no período 2003/2012	9%	-27%	62%	2%	-9%

Fonte: SEBRAE/SC em Números 2013

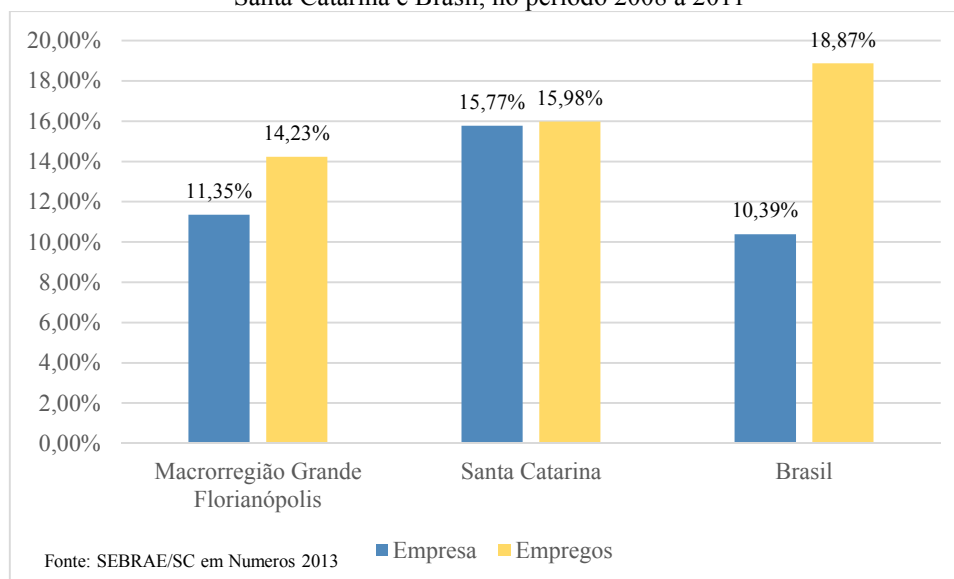
Em relação à evolução do número de alunos matriculados na Macrorregião Grande Florianópolis, conforme gráfico 14, houve diminuição de 8,68% considerando o período compreendido entre 2003 e 2012.

Gráfico 14 - Número de alunos matriculados na Macrorregião Grande Florianópolis, de 2003 a 2012



No período de 2008 a 2011, a taxa absoluta de criação de empresas da Macrorregião Grande Florianópolis foi de 11,35% e a de empregos, 14,23%. O comparativo da taxa acumulada de criação de empresas e empregos no período é apresentado no gráfico 16.

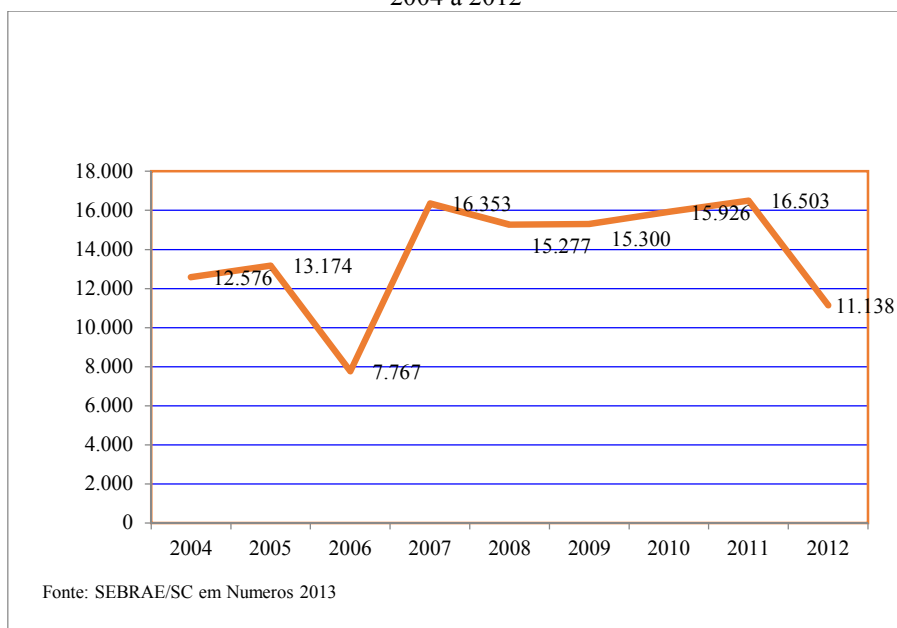
Gráfico 15 - Taxa acumulada de criação de empresas e empregos, segundo Macrorregião Grande Florianópolis, Santa Catarina e Brasil, no período 2008 a 2011



As microempresas foram responsáveis por 92,9% do número de empresas da Macrorregião Grande Florianópolis e 26,2% dos empregos formais, sendo que as pequenas empresas representaram 6,2% do número total de empresas e 28,4% dos empregos na Macrorregião.

Segundo dados do MTE extraídos do CAGED, em 2012, o saldo de admissões e demissões da Macrorregião Grande Florianópolis apresentou um resultado positivo de 11.138 empregos, conforme gráfico 16.

Gráfico 16 - Evolução do saldo de admissões e demissões da Macrorregião Grande Florianópolis, no período de 2004 a 2012



A atividade econômica que apresentou o maior saldo de admissões e demissões, com 3.280 em 2012, foi de Atividades Administrativas e Serviços Complementares.

4 A ORGANIZAÇÃO PESQUISADA

4.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

A Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), antiga Fundação Casan, é pessoa jurídica de direito privado, socioassistencial e sem fins lucrativos, instituída em 18/11/1977 em Florianópolis, e visa a realizar e fomentar a inclusão social para a formação de cidadãos autônomos. Pauta-se na política de assistência social e, assim, desenvolve seus serviços voltados à sustentabilidade e ao atendimento dos segmentos vulneráveis em Santa Catarina (FUCAS, 2015).

A FUCAS tem como objetivo contribuir para a formação de cidadãos autônomos, reconhecedores da sua importância na sociedade, promovendo o exercício da cidadania de crianças, adolescentes e adultos e, consequentemente, o fortalecimento do vínculo familiar.

Respeitando o que estabelece a sua missão, a FUCAS, dentro da proteção social da assistência, faz parte da rede socioassistencial básica, na qual desenvolve o programa de serviço socioeducativo denominado Programa Campeões nas Quadras e na Vida (PCQV).

No final do ano de 2013, a FUCAS passou a ser gerida por meio de intervenção judicial, em que foi nomeado um administrador/interventor pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

A gestão da FUCAS com a intervenção judicial estendeu-se até maio/2015, e buscou encontrar meios para assegurar a manutenção dos programas e projetos desenvolvidos e executados pela Fundação, tendo como premissa a sustentabilidade da organização. Sua finalidade é promover a assistência social, por meio da realização de um conjunto integrado de ações que possam contribuir para o atendimento da Proteção Social Básica das populações assistidas.

Dentre as suas finalidades e de acordo com o foco da pesquisa, destaca-se:

- Sugerir, promover, coordenar e executar ações, projetos e programas relacionados à promoção da assistência social, em todas as suas formas, especialmente quando realizadas por meio da cultura, esporte, educação, qualificação e preparação de jovens para o mundo do trabalho;
- Fornecer subsídios para a implementação de políticas, projetos, programas e ações relacionadas ao desenvolvimento da assistência social, com ênfase nas ações de apoio e financiamento a projetos, programas e atividades que promovam e incentivem práticas esportivas, culturais e educacionais, que priorizem as populações socialmente

vulneráveis; incentivo à criação de projetos e programas, públicos ou privados, que visem toda forma de promoção da assistência social;

- Prestar assessoramento técnico para o desenvolvimento de projetos visando a promoção da assistência social, em todas as suas formas de atendimento;
- Apoiar técnica e administrativamente entidades do setor público ou privado que atuem na formulação, orientação, coordenação e execução de políticas relacionadas a promoção da assistência social, priorizando àquelas voltadas ao atendimento de populações em condições de vulnerabilidade social.

Para consecução de suas finalidades, a FUCAS pode, dentre outras atuações, realizar projetos e programas, culturais, educacionais e esportivos; criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos técnico-científicos, tais como produção de conteúdo educacional, para qualificação e preparação de jovens aprendizes para o mercado de trabalho, produção gráfica, recursos áudio visuais e demais atividades correlatas; conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de especialistas devotados à geração e à difusão de conhecimentos úteis ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico que beneficie a promoção da assistência social no Estado de Santa Catarina; conceder prêmios e promover eventos que estimulem e contribuam de maneira notória ao desenvolvimento e à promoção da assistência social, especialmente quando realizados por organizações do terceiro setor, no estado de Santa Catarina.

4.2 ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO

Por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, a FUCAS se mantém por meio de recursos próprios provenientes do Acordo Extrajudicial firmado com a CASAN, e também das receitas operacionais provenientes do Programa de Capacitação Jovem Aprendiz.

Para atingir seus objetivos, conta com a participação em sua gestão de voluntários na Diretoria Executiva, de colaboradores, de profissionais terceirizados e voluntários em atividades sociais. Além disso, a FUCAS mantém convênio com o CMDCA, Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e participa ativamente do Fórum Municipal de Políticas Públicas (FPPF).

Sua atuação é direcionada a crianças e adolescentes nos programas sociais do PCQV, que residem nas comunidades do Morro da Caixa e Ilha-Continente, ambas no bairro Capoeiras, em Florianópolis, e a jovens, provenientes de diversos bairros de Florianópolis e municípios

vizinhos, que se inscrevem no Programa de Capacitação Jovem Aprendiz, visando qualificação básica para o primeiro emprego.

A entidade atendeu em 2015 mais de 200 crianças e adolescentes, distribuídas na faixa etária entre 12 e 18 anos, os quais participam de diversas atividades sociais no contra turno escolar, com o devido acompanhamento de profissionais da área de pedagogia, psicologia e assistência social. Na maioria, são negros e do sexo masculino. São residentes das comunidades do entorno do Núcleo de Assistência Social da FUCAS no bairro Capoeiras em Florianópolis. Grande parte deles está matriculada no ensino fundamental com acentuada defasagem idade-série e está submetida a situação de vulnerabilidade criminal. Habitam regiões com moradias precárias sem acesso a políticas públicas.

Com referência ao programa de capacitação Jovem Aprendiz, a organização retomou em 2015 o programa de capacitação, e atualmente está qualificando 70 jovens, com idade de 14 a 20 anos, que participam de atividades metodicamente organizadas e de complexidade progressiva, com o devido acompanhamento de profissionais da área de pedagogia.

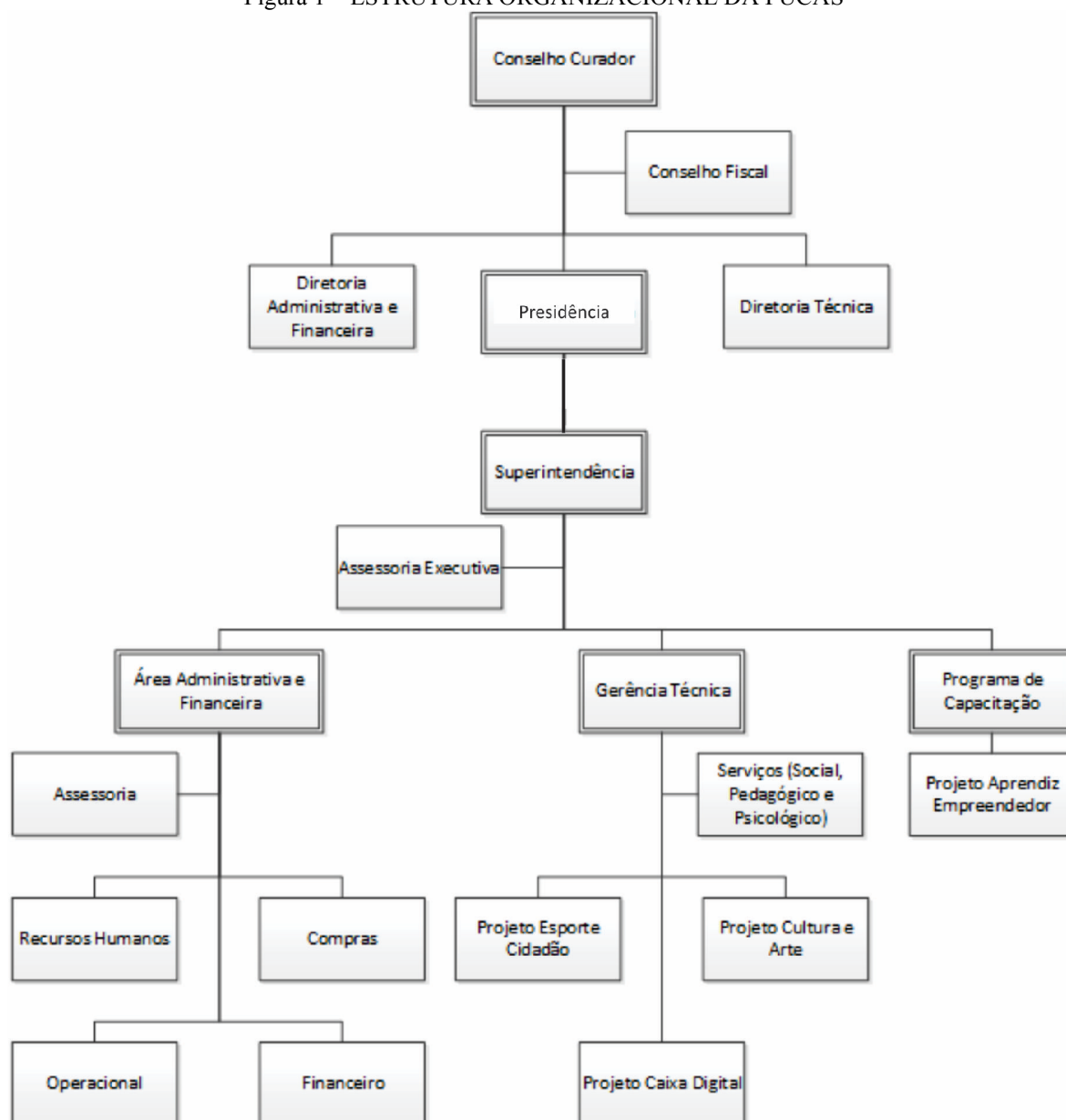
4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Dentro da sua estrutura, a FUCAS dispõe de atendimento psicológico e orientação educacional com profissionais da área da Psicologia, Psicopedagogia, Pedagogia e Assistência Social.

Ao chegar na instituição, os jovens que participarão dos programas do PCQV e do Jovem Aprendiz são devidamente orientados pela equipe multidisciplinar da entidade, os quais passam por uma avaliação sobre uma série de aspectos com o objetivo de conhecê-lo, seu desempenho pessoal e social, grau de escolaridade, desenvolvimento físico e seu contexto familiar. A avaliação feita pelo Serviço Social realiza a entrevista inicial com o pai ou a mãe do jovem, verificando as condições socioeconômicas da família e a relação familiar.

A estrutura organizacional da FUCAS está organizada, conforme figura 1.

Figura 1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FUCAS



Fonte: FUCAS, 2015

4.4 AÇÕES DESENVOLVIDAS

4.4.1 Programa Campeões nas Quadras e na Vida - PCQV

O PCQV é composto pelos projetos Cultura e Arte, Esporte Cidadão e Caixa Digital, os quais proporcionam atividades culturais, esportivas, de lazer, recreação e inclusão digital, aos jovens assistidos com idade entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social. A

participação de seus familiares é fundamental no processo de formação e crescimento desses jovens, de modo a contribuir no fortalecimento dos vínculos afetivos do adolescente com sua família e comunidade.

Esses projetos são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar de profissionais, que colaboram com a formação do desenvolvimento físico e intelectual dos adolescentes, promovendo oportunidades para que sejam agentes de transformação e desenvolvimento da comunidade onde moram respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do seu contexto social.

Além disso, a organização tem em andamento o Programa de Capacitação Jovens Aprendiz denominado “Aprendiz Empreendedor”. O programa compreende a oferta de qualificação profissional por meio de projetos e ações que atendam às exigências do mercado de trabalho e que busquem a inclusão social, buscando o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando à inclusão ao mundo do trabalho.

O PCQV busca desenvolver a cidadania em crianças e adolescentes assistidos pelos programas sociais da FUCAS, por meio de atividades culturais, esportivas e de inclusão digital. Os jovens têm acompanhamento psicossocial e são inseridos em discussões de cidadania buscando o empoderamento dos sujeitos, visando transformação social. Os recursos humanos envolvidos na execução do projeto são de inteira responsabilidade da FUCAS.

Athaíde, MV Bill e Soares (2005), realizaram pesquisa em algumas capitais, mostrando a realidade dos meninos no tráfico. Eles argumentam que é possível inferir a existência de uma subcultura, de dimensões nacionais, concatenada ao mundo da violência, com valores, rotinas e linguagem próprias. Os autores mostraram a realidade dos Falcões, ou seja, de adolescentes envolvidos com o tráfico pela falta de políticas públicas que os levem ao lazer e ao trabalho. Sem saída, as crianças e os jovens são cooptados pelo tráfico, que oferece um modo rápido e fácil de ter acesso ao dinheiro. A ausência do pai, por envolvimento no tráfico, morte prematura ou abandono ao saber da gravidez da namorada/parceira, ou mesmo a associação às drogas de modo geral, também é uma característica importante na vida destes meninos e meninas. Outro agravante é o afastamento das mães que se obrigam a sair de casa para dar o sustento aos filhos que, na maioria das vezes, ficam livres para a experimentação de tudo. Com a ausência de políticas públicas, essas crianças e adolescentes ficam sem ocupação no contra turno escolar.

Dessa maneira, a proposta da FUCAS é de introduzir a prática diária de atividades voltadas a inclusão social na vida destas crianças e jovens e, principalmente, trabalhar os valores em atividades adequadas ao seu crescimento como cidadãos.

Os projetos sociais e o programa de capacitação da FUCAS apresentam-se como uma importante ferramenta para a transformação social, de modo a permitir aos jovens a necessidade de conscientizar-se de sua cidadania.

4.4.2 Programa Aprendiz Empreendedor

O Programa de Capacitação Profissional denominado Aprendiz Empreendedor foi instituído na FUCAS com uma visão que aliasse interesse social e econômico. Atualmente, a FUCAS atua também para oferecer cursos profissionalizantes para jovens aprendizes.

As dificuldades em ingressar no mercado de trabalho de forma digna e qualificada atinge boa parte da juventude no Brasil. Quanto mais cedo o jovem entra no mercado de trabalho, maior tende a ser o prejuízo na formação educacional e, conseqüente reprodução da pobreza. Os jovens perdem, então, a perspectiva de mobilidade social ascendente e crescem entre as estatísticas de violência. Diante deste contexto, faz-se primordial garantir o acesso à cidadania e o futuro destes jovens, fortalecendo as políticas voltadas à juventude

Com base na missão da FUCAS e nos objetivos do Programa de Capacitação, o Projeto Aprendiz Empreendedor busca incluir jovens no mercado de trabalho, na condição de aprendizes. Pauta-se na Lei 10.097/2000, bem como pelo Decreto 5.598/05, que regulamentam a profissionalização e inclusão de jovens no mercado de trabalho.

Os jovens têm acesso aos conteúdos técnico-profissionais na organização, bem como contato com a prática nas empresas contratantes. Além disso, é oferecido ao jovem todo o suporte da equipe multiprofissional composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

O jovem é acompanhado pela equipe durante todo o contrato de aprendizagem, sempre focando a transformação do seu potencial em conhecimentos, habilidades e competências necessários para sua inclusão ao mundo do trabalho.

Um estudo de Silva Jr. e Ribeiro (2011), apontou que a questão do emprego tem sido abordada de forma enfática pelos principais centros de pesquisa em economia do Brasil e do mundo, como o IPEA e a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), bem como por renomados pesquisadores. Apesar do panorama da economia mundial, o Brasil foi incluído em um grupo político de cooperação (BRICS), composto pelo Brasil,

Rússia, Índia, China e África do Sul. Apesar dos potenciais, aponta-se como fraqueza do Brasil as restrições de oferta de mão de obra, em particular a de qualificação alta.

Os resultados da pesquisa de Silva Jr. e Ribeiro (2011) apontaram:

1. O papel positivo da entrada e saída de empresas para o crescimento líquido do emprego para estabelecimentos pequenos, mesmo para o emprego de baixa qualificação, que teve queda no agregado;
2. A importância das pequenas unidades para a expansão do emprego, onde de cada dez empregos criados de modo líquido no período, aproximadamente seis estavam em estabelecimentos com até 19 trabalhadores;
3. A quantidade de brasileiros com qualificação baixa (ensino fundamental completo) está caindo desde os anos 1990;
4. A similaridade das tendências do emprego em quase todos os recortes de estabelecimentos, indicando que os movimentos de aumento da parcela de pessoal qualificado e queda do pessoal menos qualificado podem ser considerados gerais nos estabelecimentos privados formais.
5. Considerando duas hipóteses alternativas para o processo de aumento do emprego qualificado na economia – a saber: a substituição de postos menos qualificados por postos com maior qualificação e uma composição pela saída ou perda de importância de unidades com trabalhadores menos qualificados e entrada ou aumento da importância de estabelecimentos com trabalhadores mais qualificados – as evidências indicam que esse aumento se deu pela substituição, dentro das unidades econômicas, de trabalhadores de baixa qualificação por trabalhadores de mais alta qualificação;
6. O processo de aumento do número e proporção de trabalhadores mais qualificados parece ser majoritariamente realizado por substituição de trabalhadores dentro das empresas, e não pelo processo de aumento da qualificação dos empregados.

Silva Jr. e Ribeiro (2011) concluíram que políticas públicas voltadas para criação de emprego deveriam focar na capacidade empreendedora e nos principais fatores que influenciam a variabilidade das taxas de criação e destruição de emprego: escolaridade e tamanho de estabelecimento. Por outro lado, fica patente que o movimento de aumento da proporção de trabalhadores qualificados na economia foi um processo geral, presente em todos os recortes analíticos mais usuais de estabelecimentos.

Um estudo feito por Atháide e Meirelles (2014), com base em 12 milhões de habitantes moradores de favela concluiu que este número é equivalente a 6% da população brasileira. Se

as favelas no Brasil fossem um estado, seriam o quinto mais populoso da federação, capaz de movimentar 63 bilhões de reais a cada ano. A pesquisa que pode ser vista como uma radiografia das favelas brasileiras reuniu números surpreendentes e reveladores sobre este território, muitas vezes estigmatizado pelo senso comum, de modo que mostrou que não é possível entender o Brasil sem entender as favelas. O universo da favela real parece ainda invisível à grande mídia, aos intelectuais e a boa parte dos planejadores de negócios, que ignoram e desprezam seu poder transformador

Neste sentido, Athaíde e Meirelles (2014, p. 72) fazem referência ao empreendedorismo existente nas favelas brasileiras, desde a ONG Viva Cred, ao serviço alternativo de entrega de correspondências Carteiro Amigo:

“ Em anos recentes, a favela tem se tornado um qualificado laboratório na incubação de novos negócios. Mas, por que? O morador da comunidade, durante longo tempo obrigado a ser virar sozinho, desenvolveu habilidades e vocações para a produção e o comércio. Aprendeu a driblar dificuldades, a lidar com o imponderável e fazer o bom marketing popular”.

Assim, a favela foi desmistificada e mostrou-se que esse é um território não apenas importante e em desenvolvimento, mas também uma área de grandes e compartilhadas oportunidades.

4.5 PÚBLICO ALVO DA ENTIDADE

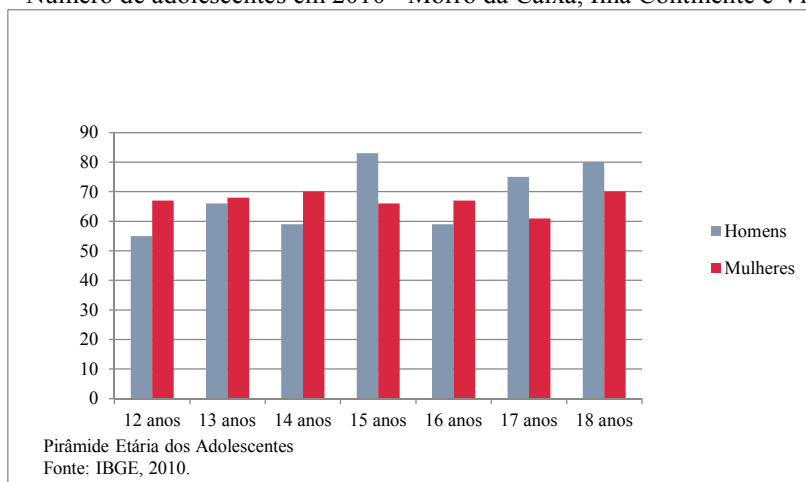
As atividades socioassistenciais oferecidas pela FUCAS buscam beneficiar adolescentes, em condição de vulnerabilidade social, moradores das comunidades do Morro da Caixa/Capoeiras, Ilha Continente e Vila Aparecida, com faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos e frequentando o ensino regular, e objetivam promover a equidade social, a capacitação de jovens aprendizes e a inclusão social, pressupondo o desenvolvimento de uma concepção de cidadania crítica, ativa e empreendedora para a transformação individual e da comunidade por ela assistida

Dados coletados pelo IBGE em 2010, apontaram que nas comunidades do Morro da Caixa, Ilha Continente e Vila Aparecida, situadas no bairro Capoeiras, Florianópolis, haviam cerca de 469 adolescentes do gênero feminino e 477 do gênero masculino, totalizando 946 adolescentes, conforme pode ser constatado na tabela 12 representada no gráfico 17.

Tabela 12 - PIRÂMIDE ETÁRIA DOS ADOLESCENTES, EM 2010, NAS COMUNIDADES DO MORRO DA CAIXA, ILHA CONTINENTE E VILA APARECIDA

Idade	Homens	Mulheres
12 anos	55	67
13 anos	66	68
14 anos	59	70
15 anos	83	66
16 anos	59	67
17 anos	75	61
18 anos	80	70
Fonte: IBGE, 2010.		

Gráfico 17 - Numero de adolescentes em 2010 - Morro da Caixa, Ilha Continente e Vila Aparecida



A população dessas comunidades é oriunda, de forma geral, da zona rural do planalto serrano e do oeste catarinense e interior do Paraná. Na sua grande maioria são afrodescendentes que, ao chegarem em Florianópolis não tinham onde estabelecer moradia e, com isso, ocuparam os terrenos da região.

Sem uma intervenção efetiva de políticas públicas, essas comunidades foram submetidas à violência e ao tráfico de drogas. Esse fato impôs vulnerabilidade aos jovens moradores, sujeitando-os às leis do tráfico e dos traficantes que atuam na região, na medida em que não lhes foram oferecidas alternativas ou perspectivas que de qualquer forma proporcionassem meios para inclusão social.

4.6 DO RISCO SOCIAL DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELA FUCAS

Nos programas sociais da FUCAS, são atendidos jovens, principalmente, das comunidades do Morro da Caixa/Capoeiras e Ilha-Continente. Com referência aos jovens que participam do Programa Aprendiz Empreendedor, estes são provenientes de diversos bairros de Florianópolis e região.

Segundo o Diagnóstico Social da PMF (2010), os dados levantados no ano de 2010 apontaram que a comunidade do Morro da Caixa/Capoeiras é a segunda mais populosa das 20 Áreas de Interesse Social (AIS) da região continental de Florianópolis. Destaca-se que 52,1% de 81% da população cadastrada da comunidade do Morro da Caixa/Capoeiras, encontra-se em risco social. Na comunidade da Vila Aparecida, esse percentual é ainda maior: 69,3% de 70% da população cadastrada está em risco social. E, nesse contexto, a preocupação recai sobre a população jovem dessas comunidades que apresenta maior risco social.

4.7 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO ATENDIDA E ASSISTIDA PELA FUCAS

Esta seção apresenta os resultados obtidos conforme consulta a base de dados da FUCAS, contemplando informações referentes aos jovens assistidos pelos programas sociais, bem como aos jovens aprendizes do programa de capacitação da entidade.

A população atendida pela FUCAS no Programa de Capacitação Jovem Aprendiz é de 69 jovens e o número de jovens assistidos pela instituição no ano de 2015 foi de 217 adolescentes. Face à situação de vulnerabilidade social em que se encontram, existe uma variação em torno de 30% no número de jovens assistidos mensalmente pela entidade, explicável até pela própria condição em que são expostos e das comunidades em que estão inseridos (FUCAS, 2015).

4.7.1 Jovens Aprendizes

De acordo com os dados coletados na base de dados da FUCAS, referentes ao exercício 2015, verificou-se que a maior parte dos jovens aprendizes que participam do programa de capacitação da entidade tem entre 15 e 17 anos, sendo a maior parte deles nascidos em Florianópolis, conforme os gráficos 18 e 19.

Foi constatado que quase 50% dos aprendizes tem como motivo principal para participação no programa de capacitação adquirir experiência profissional, e uma grande parte visa ao primeiro emprego. A grande maioria desses jovens não possuem experiência e não foram aprendizes (84%). Mais da metade dos jovens estão cursando o ensino médio, seguido do ensino fundamental. As famílias desses jovens registraram que não são beneficiadas pelo programa Bolsa-Família ou por cestas básicas. Mais da metade das famílias tem renda entre 1 e 3 salários mínimos, e apenas 10% recebe de 4 a 6 salários mínimos. A grande maioria das famílias registrou que 6 membros trabalham e 62% dos jovens aprendizes moram com seus pais.

Gráfico 18 - Município de nascimento dos jovens aprendizes

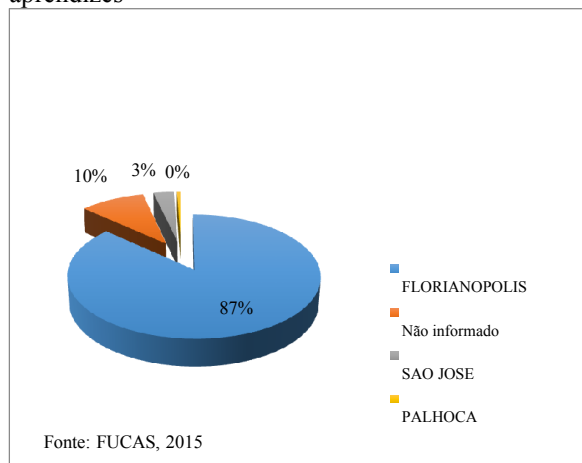


Gráfico 19 - Jovens aprendizes por idade

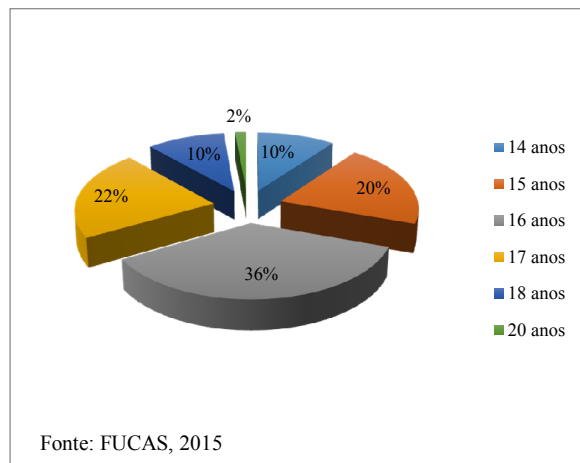


Gráfico 20 - Motivo para participação do programa de aprendizagem

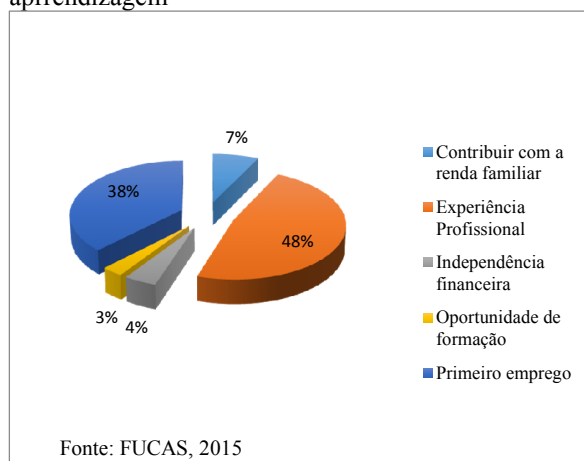


Gráfico 21 - Número de jovens que já contribuíram em atividade voluntária

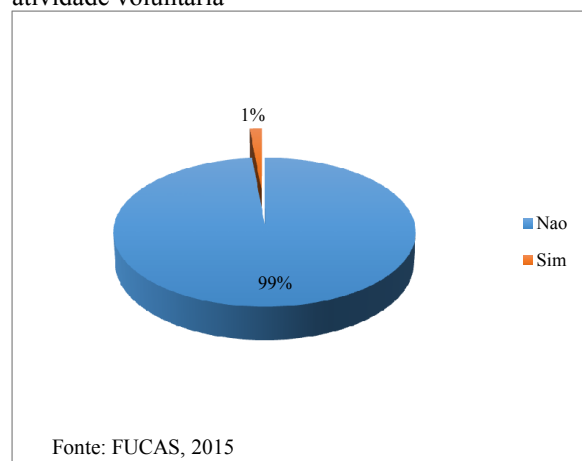


Gráfico 22 - Número de jovens que possuem outras experiências

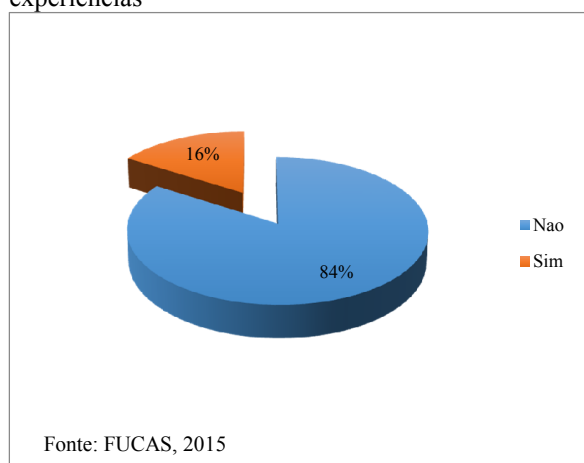


Gráfico 23 - - Número de jovens que já foram aprendizes

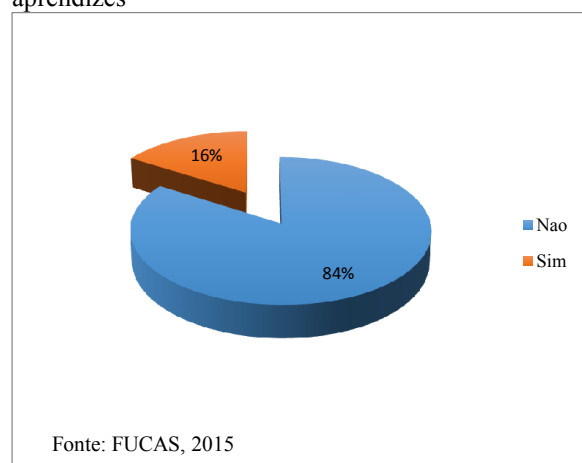


Gráfico 24 - Número de jovens que estão estudando

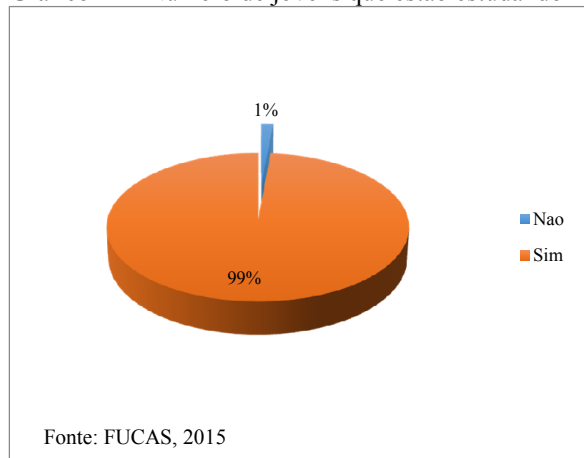


Gráfico 25 - Escolaridade dos jovens aprendizes

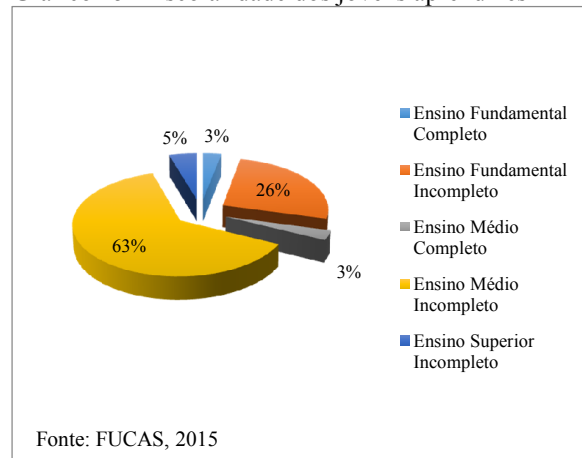


Gráfico 26 - Número de famílias beneficiadas com cestas básicas

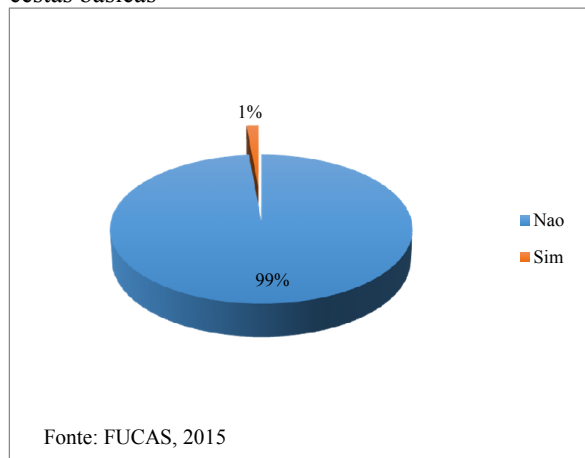


Gráfico 27 - Renda das famílias

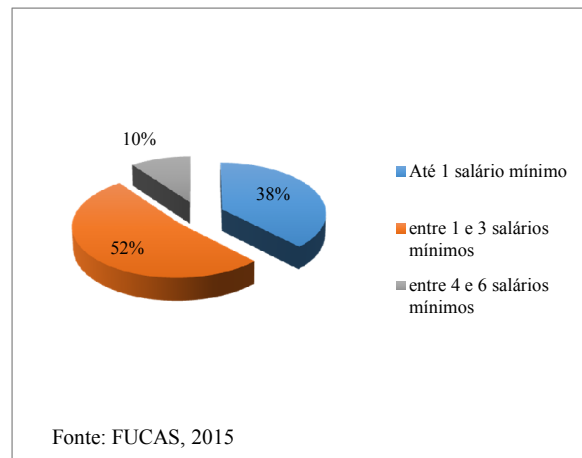


Gráfico 28 - Número de membros das famílias que trabalham

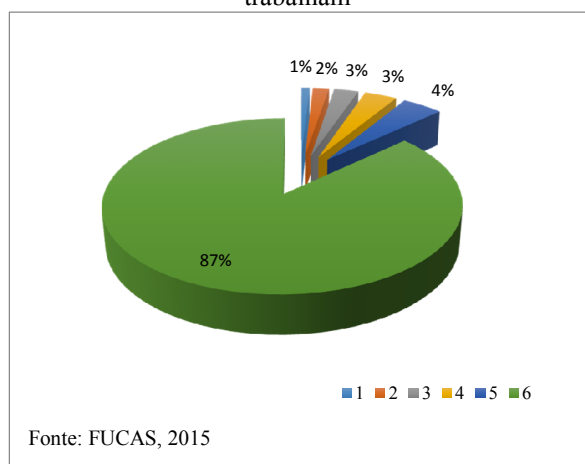
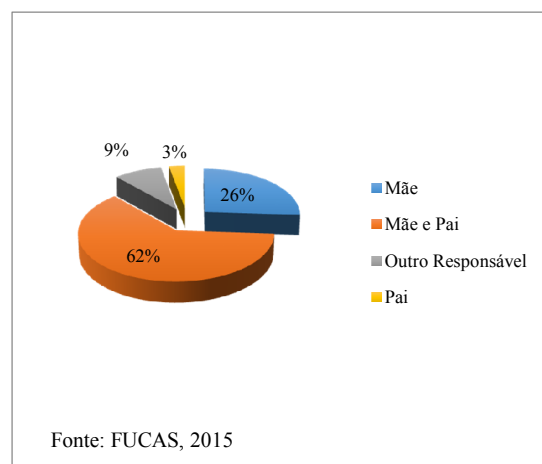


Gráfico 29 - Moradia dos jovens aprendizes



Assim, 100% dos jovens que estão procurando trabalho frequentam a escola e, a maioria mora na casa dos pais (67%). Jovens com baixa escolaridade tendem a aceitar mais facilmente as oportunidades que aparecem, ficando menos tempo à procura de emprego e, portanto, menos tempo sendo considerados como desempregados. Por outro lado, os jovens com escolaridade mais alta tendem a ser mais seletivos e a ficar mais tempo à procura de emprego, esperando por melhores oportunidades e uma inserção mais adequada à sua escolaridade. Talvez esse fenômeno aconteça não somente em relação à escolaridade, mas à própria condição social da família do jovem que pode ou não permitir essa seletividade, já que nem todas as famílias têm condições de recusar da renda proveniente do trabalho desses sujeitos.

4.7.2 Jovens Assistidos

De acordo com os dados coletados na base de dados da FUCAS, referentes ao exercício 2015, verificou-se que a maior parte dos jovens assistidos que participam dos programas sociais da entidade estão entre 11 e 14 anos (59% da população), sendo a maior parte deles nascidos em Florianópolis (70%), conforme os gráficos 31 e 32.

Foi constatado que quase 100% das famílias dos jovens assistidos pela FUCAS têm entre dois e sete integrantes, e com renda de 1 a 1,5 salários mínimos. Apenas 2% das famílias tem renda acima de 2 salários mínimos. A renda *per capita* verificada foi de R\$ 500,00 (77%). A maior parte das famílias não são beneficiados pelo programa Bolsa-Família (70%). Mais da metade dos jovens assistidos pela FUCAS residem na comunidade do Morro da Caixa (Capoeiras), vizinhos da Fundação. Foi verificado que mais da metade dos responsáveis das famílias têm escolaridade do ensino fundamental até o nono ano. Apenas 4% dos responsáveis possuem graduação completa. Foi verificado também que mais da metade dos jovens assistidos tem escolaridade do ensino fundamental até o nono ano. Apenas 4% dos jovens assistidos estão cursando o ensino médio. Quase 80% das famílias tem renda entre 1 e 3 salários mínimos, e apenas 2% recebe mais de 2 salários mínimos.

Gráfico 30 - Município das famílias dos jovens assistidos

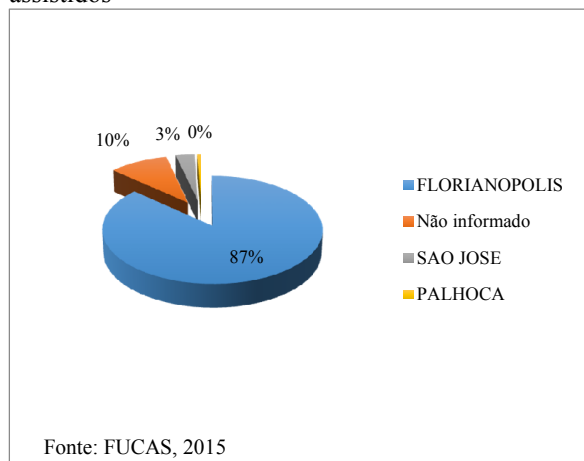


Gráfico 31 - Distribuição de jovens assistidos por faixa etária

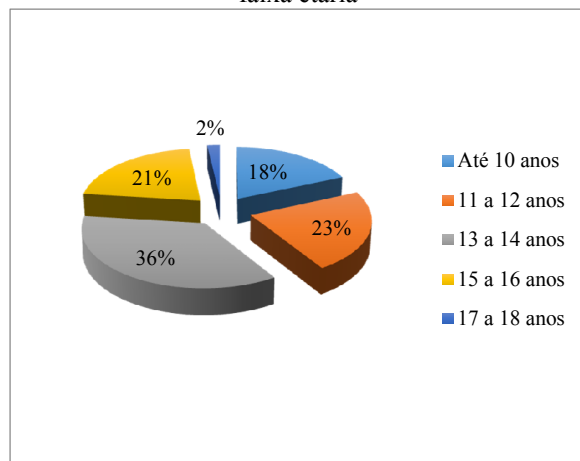


Gráfico 32 - Número de integrantes das famílias dos jovens assistidos

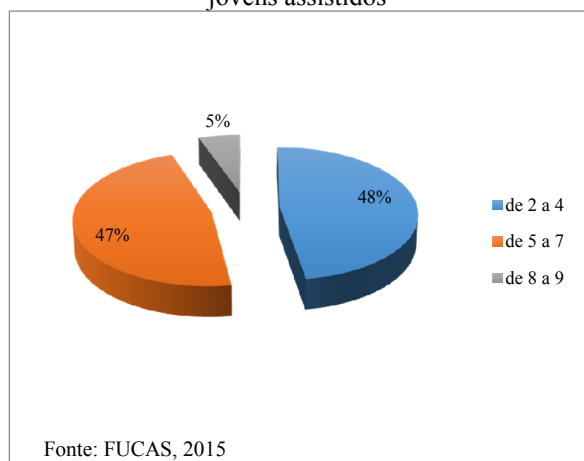


Gráfico 33 - Renda média das famílias dos jovens assistidos

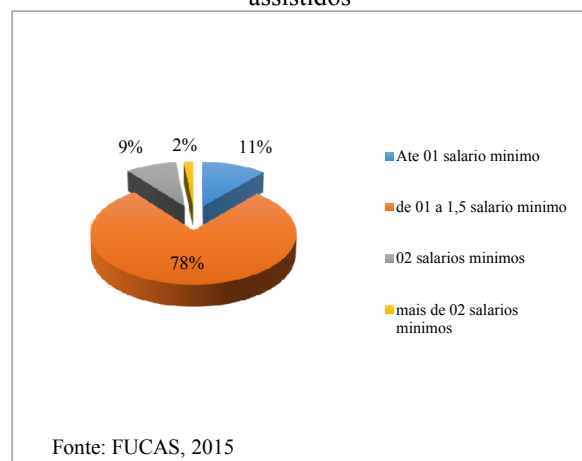


Gráfico 34 - Renda per capita das famílias dos jovens assistidos

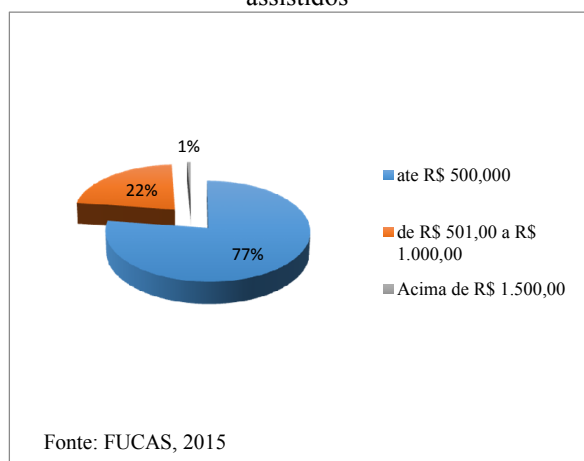


Gráfico 35 - Beneficiários do Bolsa Familia - das famílias dos jovens assistidos

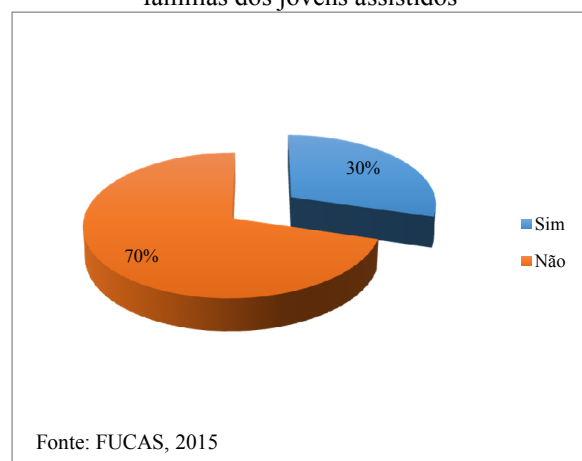


Gráfico 36 - Comunidades das famílias dos jovens assistidos

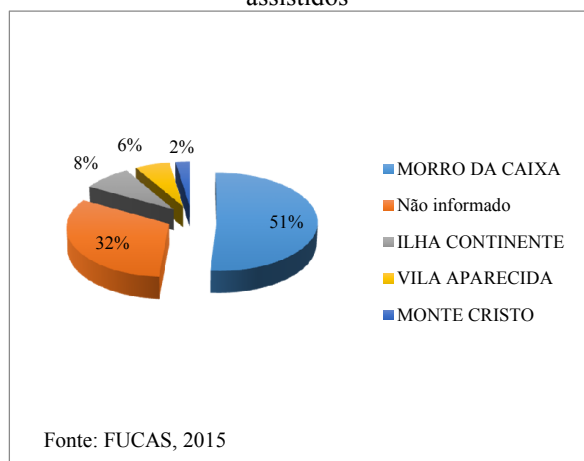


Gráfico 37 - Naturalidade dos jovens assistidos

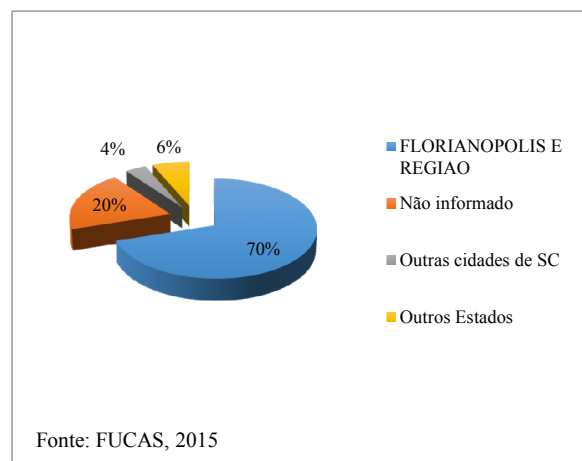


Gráfico 38 - Escolaridade do Responsável pelos jovens assistidos

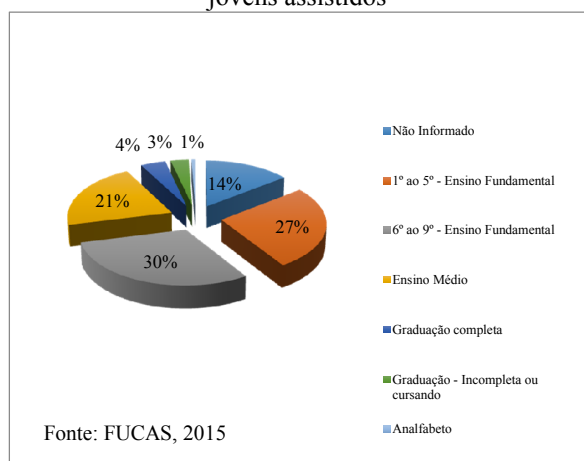
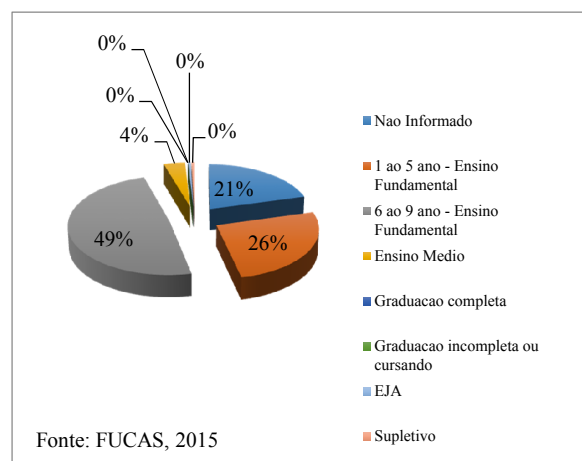


Gráfico 39 - Escolaridade dos jovens assistidos





Tipo de Imóvel	Qtde.	Qtde.	Qtde.	Qtde.	Q
----------------	-------	-------	-------	-------	---

Tabela 14 - SERVIÇOS BÁSICOS DE COLETA DE LIXO, ENERGIA ELÉTRICA E SANEAMENTO

Coleta de Lixo	Energia	Água	Saneamento	Qtde.	%
Sim	Rabicho	Poço Artesiano	Rede Pública	1	1%
Sim	Rabicho	Outros	Rede Pública	6	4%
Sim	Rabicho	Rede Pública	Rede Pública	5	3%
Não	Rabicho	Poço Artesiano	Outros	1	1%
Sim	Rabicho	Outros	Outros	1	1%
Sim	Rede Pública	Rede Pública	Rede Pública	136	82%
Sim	Rede Pública	Rede Pública	Fossa Séptica	2	1%
Sim	Rede Pública	Rede Pública	(Null)	3	2%
Não	Rede Pública	Rede Pública	Rede Pública	3	2%
Sim	Rede Pública	Poço Artesiano	Céu Aberto	1	1%
Não informado	<i>Não informado</i>	<i>Não informado</i>	<i>Não informado</i>	7	4%
				166	
Fonte: FUCAS, 2015					

Dos 125 responsáveis cadastrados dos assistidos, a atividade de maior representatividade é a de serviços gerais (36%), conforme demonstra a tabela 15. Nesta atividade englobam-se serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas, trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Tabela 15 - PROFISSÃO E RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS DOS JOVENS ASSISTIDOS

Profissão	Qtde.	VI. Renda (R\$)	Renda Média da Profissão (R\$)	% Total
Lavador de Veículos	1	700,00	700,00	1%
Auxiliar de Laboratório	1	724,00	724,00	1%
Empregado Doméstico	5	3.646,00	729,20	4%
Outros	6	4.402,00	733,67	5%
Jornaleiro	1	788,00	788,00	1%
Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista	4	3.165,00	791,25	3%
Secretário, Estenógrafo, Datilógrafo, Recepcionista, Telefonista, Taquígrafa	1	800,00	800,00	1%
Faxineira	6	4.872,00	812,00	5%
Não informada	18	14.644,92	813,61	14%
Cozinheiro	7	5.707,54	815,36	6%
Telefonista	2	1.708,00	854,00	2%
Atendente de Lanchonete e Restaurante	4	3.493,00	873,25	3%
Cobrador de Transporte Coletivo	1	917,00	917,00	1%
Agente de Saúde e Sanitarista	1	950,00	950,00	1%
Gerente	1	957,00	957,00	1%
Agente Administrativo	2	1.975,59	987,80	2%
Pedreiro	1	1.000,00	1.000,00	1%
Motorista	2	2.205,00	1.102,50	2%
Serviços Gerais	45	50.758,78	1.127,97	36%
Enfermeiro	3	3.414,00	1.138,00	2%
Técnico de Obras Cíveis, Estradas, Saneamento e Trabalhador Assemelhado	1	1.200,00	1.200,00	1%
Serralheiro	2	2.430,00	1.215,00	2%
Porteiro/Zelador	2	2.461,00	1.230,50	2%
Motoboy	1	1.300,00	1.300,00	1%
Frentista	2	2.635,00	1.317,50	2%
Vigilante	3	4.112,78	1.370,93	2%
Professor de Ensino de Primeiro e Segundo Graus	2	3.840,00	1.920,00	2%
125				
*Responsável com renda cadastrada				
Fonte: FUCAS, 2015				

O rendimento médio dos 125 responsáveis pelos assistidos não alcançou R\$ 1.000,00, sendo a atividade com maior remuneração a de professor de ensino de primeiro e segundo graus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, os jovens enfrentam dificuldades para inserção profissional, o que pode ser resultado da baixa qualidade da formação educacional e da própria inserção muito precoce no mercado de trabalho. Apesar de avanços verificados através da implementação de programas voltados ao emprego para jovens, a entrada no mercado de trabalho, principalmente das classes mais pobres e em situação de vulnerabilidade, continua a se dar de forma muito prematura. Desse modo, os programas voltados a oportunizar a maior dedicação do jovem à sua formação e a sua capacitação são relevantes na medida em que adiam a entrada no mercado de trabalho. No mesmo sentido, os programas voltados a fortalecer a qualidade do ensino básico e dos cursos de qualificação, merecem destaque como aqueles voltados à reciclagem educacional e profissional.

As primeiras demandas em relação à inserção produtiva de jovens foram apresentadas por iniciativas que envolveram, sobretudo, organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, organizações não governamentais (ONGs), organizações empresariais e setores de igrejas, nos anos 1990.

O Governo Federal através das políticas de emprego para os jovens, criou leis relacionadas ao ingresso de jovens no mercado de trabalho e avançou significativamente nos últimos anos.

As experiências asseguram a importância da integração entre as ações entre governo federal, estadual e municipal, assim como para a necessidade de que a política de emprego seja um processo integrado, combinando diversas ações que possam contribuir para que maiores chances sejam criadas para o público alvo. Neste sentido, a participação de entidades do Terceiro Setor tem importante papel no sentido que atuam como um substituto naquilo em que o Estado não consegue suprir, prestando assistência social para crianças e jovens e capacitando jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Desde o ano de 2005, vários esforços têm sido feitos no sentido de elaborar políticas que permitam o ingresso adequado do jovem ao mercado de trabalho, preparando-o e capacitando-o para adaptação à prática nas empresas.

A situação dos jovens é bem mais precária que a dos adultos com relação as chances de empregabilidade. Apesar da capacidade de incorporação dos jovens no mercado de trabalho ser mais limitada, essa condição de estar desempregado tem suas especificidades.

A questão da falta de experiência está relacionada ao desemprego dos jovens, uma vez

que é na juventude que se começa a buscar o primeiro trabalho. Isso faz com que a inserção do jovem seja ainda mais complicada, pois, além das dificuldades geradas pela própria crise do mercado que afetam não só os jovens, é exigida a experiência como requisito fundamental. E, em sua maioria, a experiência considerada como válida é aquela registrada em carteira de trabalho tanto pelas empresas como pelos próprios jovens, que terminam por assimilar essa exigência sem questionamentos.

É importante ressaltar que a noção empregabilidade estava vinculada à compreensão de pleno emprego. Por outro lado, há também a noção de empreendedorismo. Considerando que a oferta de emprego está cada vez menor, a solução estaria no empreendedorismo e inovação dos jovens, que buscam e aproveitam boas oportunidades. Nesse sentido, sobreviverão aqueles que tem boas ideias, ou seja, os melhores, mais qualificados, inovadores, os mais competentes, os empreendedores sobreviverão.

Neste sentido e frente a realidade que se enfrenta para inserção no mercado de trabalho, os jovens têm como opção engajar-se em áreas de voluntariado, terceiro setor e ONGs. A atuação das entidades do Terceiro Setor tem sido necessária no processo de assistência às populações carentes, em razão de sua política baseada na execução de projetos e programas capazes de incentivar a geração de emprego e renda, bem como despertar as comunidades para a exploração de atividades que possam assegurar sua sobrevivência. Por outro lado, pode ser vista como uma certa desresponsabilização do Estado.

Assim, o Terceiro Setor envolve um conjunto de ações e objetivos que vão desde a filantropia, ações de cidadania e defesa do ser humano, luta em pela inclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais e vínculos familiares, além de outras atitudes imprescindíveis para a sociedade como um todo.

Assim, os dramas sociais enfrentados pelos jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda só têm a trazer sérias complexidades em virtude da conjuntura moral, social, educacional e cultural absorvidas por esses jovens e suas famílias. Tais complexidades podem ser controladas e modificadas com a aplicação de políticas educacionais, voltadas para uma visão conscientizadora no tocante aos mais diversos aspectos da vida.

Portanto, a atuação do Terceiro Setor com a assistência às comunidades carentes constitui um trabalho relevante que requer desempenho e dedicação ao lado de criatividade para o surgimento de projetos condizentes com as situações constatadas, principalmente porque busca o emprego e a renda como meios fundamentais de atendimento social. O trabalho gera bens e serviços imprescindíveis à sobrevivência, mas, principalmente, faz com que o ser

humano se sinta aproveitado e realizado nos seus mais diversos aspectos, despertando, principalmente, nos jovens estímulo e prazer pela vida. Por outro lado, a falta de trabalho extingue a criatividade e o desenvolvimento das potencialidades profissionais, assim como o interesse pela busca de algo produtivo e construtivo.

Desse modo, conscientizar os jovens, principalmente aqueles de comunidades carentes e em situação de vulnerabilidade social, que buscam o primeiro emprego, a respeito dessa realidade não é uma tarefa simples. Vivenciado diariamente pelas entidades governamentais e organizações do Terceiro Setor, trata-se de um trabalho complexo e desafiador, que só é possível através de políticas conjuntas de educação construtiva, pautada nos princípios da solidariedade e nos fundamentos da cidadania, logo na fase infantil desses jovens.

Neste sentido, verificou-se que as políticas do Estado, mesmo com a atuação de organizações do Terceiro Setor, não estão sendo suficientes para que os jovens sejam absorvidos pelo mercado de trabalho, fato esse que apenas 30% do potencial de contratação está sendo inserido no mercado de trabalho. Na organização pesquisada (FUCAS), todos os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz estão inseridos no mercado de trabalho, obedecendo os preceitos da Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000), sendo que o percentual de efetivação desses jovens pelas empresas não alcançou 5% em 2015, o que, de certo modo, demonstra uma certa dificuldade na absorção desses jovens pelo mercado.

REFERÊNCIAS

- ANDION, Carolina. **A Gestão no Campo da Economia Solidaria**: particularidades e desafios. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2005.
- ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. **Organizacoes do Terceiro Setor**: estrategias para captacao de recursos junto as empresas privadas. 2002. Dissertacao (Mestrado em Engenharia de Producao e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina.
- ATHAYDE, Celso... [et al.]. **Cabeça de porco** - Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares: Objetiva, 2005.
- ATHAYDE, Celso; MEIRELLES, Renato. **Um Pais Chamado Favela**: Gente, 2014.
- BAYMA, Fatima. **Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 31 (6), pp. 119-126, 1997.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- Brasil. **Decreto 3.071**, de 01 de janeiro de 1916.
- Brasil. **Decreto 5.598**, de 01 de dezembro de 2005.
- Brasil. **Lei 8.742**, de 07 de dezembro de 1993.
- Brasil. **Lei 9.790**, de 23 de março de 1999.
- Brasil. **Lei 10.097**, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- Camarano, Ana A., Mello, Juliana L., Pasinato, Maria T., & Kanso, Solange. (2004). **Caminhos para a vida adulta**: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última Década*, 12(21). Acessado em: 31 de outubro de 2015, de http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso
- CAMARGO, Mariângela Franco de. et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.
- CARVALHO, Celso do P. Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial**: telecurso 2000. Campinas, Autores Associados: 1999.
- CICONELO, Alexandre [et al.]. **Terceiro Setor**: temas polemicos 1. Eduardo Szazi (org.). Sao Paulo: Peiropolis, 2004.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. Sao Paulo: Editora SENAC, 2000.
- COSTA, Claudia; VISCONTI, Gabriel. **Terceiro Setor e o desenvolvimento social**. Gerência de estudos setoriais (GESET), 2001. Disponível em:

www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes.../tsetor.pdf. Acesso em: 27/10/2015.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220p.

DRUCKER, Peter. Trad. De Nivaldo Montingeli Jr. **Administração de Organizações sem Fins Lucrativos**: princípios e patricas. Sao Paulo: Thomson Learning, 2002.

FERNANDES, Rubens C. **Privado porém público**: o Terceiro Setor na America Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume; Dumare, 1994.

FERNANDES R. C. **O que é Terceiro Setor?** IN: IOSCHIPE, Eveltn Berg (org.). 3º Setor: Desenvolvimento Social sustentado. Ed. Paz e Terra, 1997.

FISHER, Rosa Maria. FALCONER, Andres. **Desafios da parceria Governo e Terceiro Setor**. Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n. 1, jan.mar., 1998.

FONTANA, Alessandra. **“Para onde caminha a America corporativa”**. Voce S. A. Ed. 50, ano --, n. --, agosto. Editora Abril, 2002.

FRANCO, Augusto de. **O Papel do Terceio Setor e da empresa privada na reforma do Estado**. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO. Brasilia: MARE, 1998. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/August_oFranc_.PDF. Acesso em: 27/10/2015.

GOHN, Maria da Gloria. **500 anos de lutas sociais no Brasil**: movimento sociais, ONGs e Terceiro Setor. Revista Mediações. Vol. 5, n. 1, jan./jun.2000.

GUIMARAES, Fabio Di Natale. **Selo social e dinâmica econômica**: uma concepção estratégica da filantropia. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da UFBA. Salvador.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. Trad. James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.

IAMAMOTO, Maricilda V. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: CELATS, 2001.

JUNIOR, Gilson Geraldino; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Criação e destruição de emprego formal por qualificação no setor privado brasileiro: Características e Assimetria. **Impactos tecnológicos sobre a demanda por trabalho no Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/portal/index>. Acesso em 29 de outubro de 2015.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um pais chamado favela**: a maior pesquisa feita sobre favela brasileira. Sao Paulo: Editora Gente, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questao social**: critica ao padrao emergente de intervencao social. Sao Paulo: Cortez, 2002.

PAES, Jose Eduardo Sabo. **Fundacoes e entidades de interesse social**: aspectos juridicos, administrativos, contabeis e tributarios. 2. ed, revista, ampliada e atualizada. Brasilia: Brasilia Juridica, 2000.

PANCERI, Regina. **Terceiro Setor**: a identificacao das competencias essenciais dos gestores de uma organizacao sem fins lucrativos. Florianopolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Producao e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina.

POCHMANN, M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, fev. 2007. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/transformar_leitura/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 29 out. 2015.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. **Organizacoes nao governamentais no espaco rural**: uma analise de experiencias na Bahia. 2001. Dissertacao (Mestrado) – Escola de Administracao da UFBA. Salvador.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade civil brasileira e o Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br>. Acesso em: 27 set. 2015.

SALAMON, L. **A emergência do terceiro setor** – uma revolução associativa global. In: Revista de Administração, São Paulo, v.33, n.1, jan. /Mar, 1998.

SALLES, Helena K. **A estruturação de organizações ambientalistas do Terceiro Setor e a relação com o modelo de avaliação de desempenho de suas fontes financiadoras**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Santa Catarina em Números: Macrorregião Grande Florianópolis / Sebrae/SC. _ Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 137p

SARRIERA, J. C... [et al.]. **Bem-estar psicológico dos jovens porto-alegrenses**. *Psico*, 27(2), 79-95. 1996.

SILVA, Fabiula M. Vides da; DELLAGNELO, Eloise H. Livramento. **Fontes financiadoras e seus critérios de avaliação de desempenho para organizações culturais**: um estudo comparativo de casos. XXIX ENANPAD, 2005, Brasília/DF. *Anais do XXIX EnAnpad*, CD, 2005.

SOUZA, Jader. **Breves notas sobre as novas configurações do Estado Contemporâneo**: Considerações sobre o Terceiro Setor. Revista da FIB – Faculdades Integradas da Bahia, ano 1, n. 2, 1999.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive** / Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SILVA JUNIOR, Gilson Geraldino; RIBEIRO, Eduardo Pontual . **Criacao e Destruicao de Emprego Formal por Qualificacao no Setor Privado Brasileiro: Caracteristicas e Assimetrias** in Impactos Tecnologicos sobre a Demanda por Trabalho no Brasil. IPEA, Brasilia, 2011.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: regulação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

TEODOSIO, Armindo dos S. De Souza. **Organizações não-governamentais entre a justiça social e a eficácia gerencial**: armadilhas, perspectivas e desafios da modernização das políticas públicas locais. In: ENCONTRO DAS ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CIENCIA POLITICA, 3, 2002, Niterói. Anais... Niterói: ABCP, 2002.

TOBAR, Frederico; PARDO, Carlos Fernandez. **Organizaciones Solidarias**. Lugar Editorial, 2001.

VIDAL, Pau; GUIXE, Imma; SUREDA, Maria. **Como se genera da legitimidade de las organizaciones no lucrativas?**: resultados del trabajo de campo Proyecto Reflexiones sobre el tercer sector. Observatorio del Tercer Sector. Barcelona, 2005. Disponível em: [Zwww.tercersector.org.es](http://www.tercersector.org.es). Acesso em: 28 set. 2015.